



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

CARLA CRISTINA MACHADO

**DA SOMBRA A ESCURIDÃO:
O DISCURSO E A MEMÓRIA DA IMPRENSA ACERCA DO
MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA ARMADO DE TRÊS PASSOS-RS**

**CHAPECÓ
2017**

CARLA CRISTINA MACHADO

**DA SOMBRA A ESCURIDÃO:
O DISCURSO E A MEMÓRIA DA IMPRENSA ACERCA DO
MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA ARMADO DE TRÊS PASSOS-RS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para a obtenção do grau
de Licenciada em História da Universidade Federal
da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. MeEverton Bandeira Martins
(UFFS)

CHAPECÓ
2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Aos sete dias do mês de julho de dois mil e dezessete, às dezesseis horas nas dependências do Campus Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), reuniu-se a banca avaliadora da monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso constituída pelos professores: Everton Bandeira Martins (Orientador), Mateus Gamba Torres (UnB) e Samira Peruchi Moretto. O Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História elaborado pela acadêmica Carla Cristina Machado sob o título: Da sombra a escuridão: o discurso e a memória da imprensa acerca do Movimento de Resistência Armado de Três Passos-RS obteve a média final 9,5 sendo considerado APROVADO.

Chapecó - SC, 07 de julho de 2017.

Everton Bandeira Martins (Orientador)

Mateus Gamba Torres (UnB)

Samira Peruchi Moretto

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

machado, carla cristina

DA SOMBRA A ESCURIDÃO: O DISCURSO E A MEMÓRIA DA
IMPrensa ACERCA DO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA ARMADO DE
TRÊS PASSOS-RS / carla cristina machado. -- 2017.

68 f.

Orientador: Everton bandeira martins.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de história
, Chapecó, SC, 2017.

1. O DISCURSO E A MEMÓRIA DA IMPrensa. 2. Grupo de
guerrilha de Três Passos-RS . I. martins, Everton
bandeira, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que caminharam ao meu lado e que contribuíram para a realização da pesquisa que levou a conclusão deste trabalho. Meu muito obrigado aos colegas e amigos, com quem pude dividir momentos de desespero e alegrias.

Agradeço aos meus professores, em especial aos meus orientadores Mateus Gamba Torres e ao Evertons B. Martins que caminharam ao meu lado, cultivando conhecimento e tempo na construção desse trabalho. Por estarem ao meu lado durante os momentos bons e ruins. E que sem ajuda de vocês certamente esse projeto não se concretizaria. Agradeço ao senhor Valdetar Dorneles e Aluizio Palmar pela ampla participação e ajuda nessa pesquisa ao longo dos cinco anos de pesquisa.

Em especial agradeço aos meus pais Marilene Forti Machado e Garibaldi Machado, por dedicarem seu tempo, paciência e acima de tudo seu amor. Por terem acreditado na minha capacidade e por terem me incentivado a cada passo que dei em toda minha vida. Agradeço por tê-los em minha vida diariamente, pois vocês são os meus maiores presentes, amarei eternamente vocês.

Agradeço a minha mãe de santo Thaline Furlaneto, por ter me acolhido, me incentivado, me alertando e me empurrando, mostrando que momentos são apenas momentos, e que devemos seguir, independente da dificuldade. Agradeço aos meus irmãos de santo, que trilham comigo todos os momentos de altos e baixos, e aos meus santinhos (paizinhos e mãezinhas), que andam sempre ao meu lado, me guardando e protegendo de todo mal.

RESUMO:

Esta monografia pretende examinar as rupturas e semelhanças dos discursos produzidos pela imprensa (com destaque para a imprensa escrita) produzida no Estado do Rio Grande do Sul – RS e a nível nacional sobre o grupo intitulado como a “guerrilha de Três Passos” localizado no estado do Rio Grande do Sul – RS no período de 1964-1970 e 2010-2016. A fim de identificar como a imprensa escrita no período de 1964-1970, abordou o movimento de guerrilha de Três Passos, e quais foram os discursos produzidos. Uma vez que ao compararmos os recortes temporais, percebemos que o contexto político e social foram elementos importantes na criação e propagação das narrativas discursivas sobre a formação e queda do grupo de guerrilha.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso, Ditadura militar, Jornal

ABSTRACT:

This monograph intends to examine the ruptures and similarities of the speeches produced by the newspapers (with emphasis on the written press) in the State of Rio Grande do Sul and at a national level on the group called the "Três Pasos guerrilla" located in the state Of Rio Grande do Sul - RS in the period 1964-1970 and 2010-2016. In order to identify how the written press in the period 1964-1970, he addressed the guerrilla movement of Three Steps, and what were the speeches produced. Once we compare temporal cutbacks, we perceive that the political and social context were important elements in the creation and propagation of the discursive narratives on the formation and fall of the guerrilla group.

KEYWORDS: Speech, Military Dictatorship, Newspaper

LISTA DE SIGLAS:

CIE: Centro de Informações do Exército

CODIs: Centro de Operações de Defesa Interna

DOI: Destacamentos de Operações de Informação

DOI-CODI: Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS: Departamento de Ordem Política e Social

UDN: União Democrática Nacional

MNR: Movimento Nacionalista Revolucionário

Sumário

1. INTRODUÇÃO	1
2.0 O CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL NO PRÉ-GOLPE DE ESTADO	7
2.1 A POLITICA POS-ELEIÇÃO E O GOLPE DE ESTADO BRASILEIRO	9
2.2 LEONEL BRIZOLA A CAMPANHA DA LEGALIDADE E O GOVERNO DE “JANGO”	12
2.3 A POLITICA INTERNA E O GOLPE CIVIL-MILITAR	15
2.4 A PERSEGUIÇÃO E OS MEIOS DE REPRESSÃO	17
3. DOS IDEAIS A LUTA ARMADA: A CONSTITUIÇÃO E LUTA DA GUERRILHA ARMADA DE TRÊS PASSOS	20
3.1 SAINDO DE TRÊS PASSOS: OS PRIMEIROS PASSOS DA GUERRILHA ARMADA	22
3.2 A PRISÃO E A TORTURA DOS PRESOS	24
4. DA PRISÃO AO JORNAL: OS DISCURSOS E SUAS PERSPECTIVAS	33
4.1 O DISCURSO E A IMPRENSA NA DÉCADA DE 1960-1970:	34
4.2 A IMPRENSA ESCRITA E O DISCURSO ENTRE OS ANOS DE 2012-2015:	39
4.3 AS SEMELHANÇAS E RUPTURAS DOS DISCURSOS	43
5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
6.0 REFERENCIAS	50
7.0 ANEXOS	55

1.0 INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho é analisar quais seriam as semelhanças e as rupturas acerca dos discursos produzidos pela imprensa sobre a atuação do grupo de guerrilha de Três Passos nos períodos de 1964-1970 e 2010-2016. As fontes centrais da pesquisa são as reportagens publicadas pelos jornais *Correio do Povo*, 17/10/1965, *Folha de São Paulo*, 25/05/1968, *Diário do Paraná*, 28/03/1968, *Diário do Paraná*, 25/05/1968, *ZH Caderno PROA* de 21/03/2015, *Revista online IHU* de 25/03/2015, e a *Revista online UOL notícias* de 04/05/2015, que se encontram disponíveis de forma impressa e online, e serão referenciados no desenvolver da monografia.

O uso dos periódicos como fonte de pesquisa aumentou nas últimas décadas, Tânia Regina de Luca explana que “na década de 1970, eram poucos os trabalhos que utilizavam jornais e revistas como fontes de pesquisa” (LUCA, 2011, p. 111), pois não havia consenso sobre o uso das mesmas como fonte histórica, como é apontado por Maria Helena Rolim Capelato:

Até a primeira metade deste século [século XX], os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas em relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade. Neste último caso, a notícia era concebida como relato fidedigno da verdade (CAPELATO, 1988, p. 21).

A citação aponta para o fato que os historiadores tinham desconfiança no uso de jornais como fonte de pesquisa, viam e tratavam os jornais escritos de forma distinta. Contudo, a opção dos periódicos na pesquisa acadêmica é justificada, uma vez que o mesmo exerce influência no meio em que está inserido, pois carrega discursos do seu tempo.

E nesse sentido o uso dos jornais fez-se extremamente importante, pois o mesmo é um suporte dos discursos produzidos e funciona como agente na criação da memória. Devido ao contexto ditatorial no Brasil na década de 1960, perceberemos que o período é marcado por um forte discurso produzido pelos agentes do golpe de Estado difundido por parcela da imprensa que compactuou ou apoiou os militares na tomada do poder, dando início ao golpe civil-militar¹, já que a agitação política e social são marcas principais desse período tumultuado e obscuro da história brasileira. Na época, diversos grupos e

¹ O termo golpe civil-militar refere-se ao fato que o golpe de Estado deflagrado pelos militares em 1964, contou com o apoio de parte da sociedade civil, imprensa e igreja (MELO, 2012, p. 39).

movimentos sociais se juntavam ao pleito governista para aprovar as reformas de base propostas pelo presidente João Goulart, movimento que é amplamente divulgado e comentado pela imprensa seja apoiando ou criticando as propostas. Cunha (2013; p. 02) explana que “é nesse contexto mundial que se estabeleceram fortes disputas ideológicas no modelo capitalista, encabeçado pelos Estados Unidos e o comunista liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ”.

A posição defendida pelos conservadores era que o conjunto de reformas proposta por Jango, as quais defendiam a luta pelos direitos aos trabalhadores e a reformulação da política a fim de combater a inflação tratavam-se de ações comunistas, pois ligadas a distribuição da riqueza e relacionadas com ideias pregadas pelos partidos e movimentos de esquerda, enredo que acaba dando legitimação ao golpe civil militar em abril de 1964, desencadeando uma grave crise política estabelecendo um cenário marcado por retirada de direitos políticos, prisões, perseguições, torturas, mortes, desaparecimentos e censura.

A conjuntura social que desencadeia na formação de vários grupos de resistência em todo o país, os quais atuam de formas diferenciadas, porém com o mesmo ideal: o de pôr fim ao regime ditatorial. Origina-se, conseqüentemente, um forte movimento de repressão por parte dos militares contra seus opositores, que levou a legitimação do uso da violência pelos órgãos de repressão. Assim, “o uso dessa violência acabou por permitir ao regime militar construir o estatuto de um Estado sem limites repressivos” (CUNHA; 2013, p. 01). É nesse contexto que surge o movimento nascido no Estado do Rio Grande do Sul na luta contra a repressão ditatorial, nominado pela historiografia como Guerrilha de Três Passos (WEISSHEIMER, 2012).

O município de Três Passos tem sua memória marcada por momentos importantes de conflitos armados, sendo elas: a passagem da Coluna Prestes, movimento que nasceu em Santo Ângelo, passou por São Luiz Gonzaga, foi acossada pelas tropas governistas de então e avançou na direção de Três Passos, tendo um combate no qual morre o Tenente Portela, uma das principais lideranças do movimento com Luis Carlos Prestes (WEISSHEIMER, 2012).

Outro momento se dá no ano de 1964-1965 quando a cidade de Três Passos tem a primeira tentativa de formação de um grupo de guerrilha rural, constituído por camponeses, militares e profissionais liberais, de origem trabalhista/brizolista contra o regime civil militar, sendo liderados pelo coronel cassado Jefferson Cardin Osório,

unido ao MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), que era ligado a Leonel Brizola. (WEISSHEIMER, 2012).

Inserindo-se neste cenário, a problemática desta pesquisa centra-se na identificação das semelhanças e diferenças nos discursos produzidos pela imprensa sobre a guerrilha de Três Passos, localizada no Estado do Rio Grande do Sul. Apresentando como prognóstico de pesquisa o pressuposto que o objetivo dos discursos utilizados pelos jornais era perpetuar a ideia que toda resistência ao governo militar era formada por “terroristas” e “bandidos”. A análise das reportagens difundidas em diferentes períodos indica que há uma diferença discursiva sobre o movimento de guerrilha, podendo ser possível notar que a mudança da análise discursiva sofre mais ou menos influência política ou social de acordo com tempo histórico ao qual a mesma está inserida. É neste sentido que questionamos como os discursos utilizados pela imprensa nas décadas de 1964 – 1970 criaram uma memória coletiva acerca dos guerrilheiros; e porque os discursos da imprensa na atualidade produzem discursos distintos daqueles.

Já que a análise discursiva baseada no pensamento de Michel Foucault estabelecendo a articulação entre o que escrevemos, pensamos, falamos e fazemos, caracterizado por um determinado período, visto que os acontecimentos discursivos (imprensa escrita) estão carregados de elementos do seu tempo (Foucault, 1998).

Neste seguimento, compreendemos que os discursos são repletos de memória, os quais estabelecem uma ampla relação entre o acontecimento como um fato histórico com o objetivo de preservar a memória, seja individual ou coletiva sobre o grupo de guerrilha, bem como as lembranças da cidade (população), ex-presos políticos acerca do acontecimento. Como explicita o historiador Jacques Le Goff:

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente as quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento (LE GOFF, 2003, p. 422)

Desse modo, observamos que a memória, seja ela individual ou coletiva guarda fragmentos das ações ocorridas na história, bem como as lembranças daqueles que sofreram com o período delimitado, uma vez que a memória pode tornar visíveis os segredos guardados por aqueles que lutaram contra o governo militar. Dessa forma, a análise discursiva acerca da imprensa escrita mostra-se fundamental para que possamos

entender como a imprensa interfere no processo de criação da memória coletiva sobre o fato histórico, pois a mesma é responsável pela propagação da memória.

A fim de não deixar que o acontecimento, bem como as lembranças caíam no esquecimento, o presente trabalho tem como objetivo analisar, questionar e comparar como os discursos influenciaram na construção da memória coletiva. Trabalhando-a historiograficamente a fim de identificar como os discursos se apropriaram da memória pessoal dos ex-presos políticos. Pois, segundo Michel Foucault (1987, p.135) “um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo”.

Desse modo, compreendemos a memória como um processo de construção coletiva, enquanto a história problematiza os fatos e lembranças que muitas vezes já foram esquecidas ou silenciadas, como apontam as ideias de Pierre Nora (1993) ao afirmar que memória e história se opõem, “[...] a memória seria, assim, um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente e a história uma representação do passado” (NORA, 1993, p. 09).

Assim, podemos classificar o uso da memória enquanto um elemento essencial, já que a história objetiva a memória e os vestígios do passado, uma vez que ela constrói as representações sobre o passado, sobre um tempo que não volta mais. Permitindo que o acontecimento histórico não seja silenciado ou esquecido pela sociedade. Portanto, ao analisar a história e a memória do grupo de guerrilha se pretende examinar como os discursos propagados pela imprensa local e nacional influenciaram na construção e propagação da memória coletiva, já que a sociedade carrega com si elementos históricos, caracterizados pelo uso do discurso.

Nora aponta que

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos, em permanente evolução, aberta à dialética lembrança/esquecimento. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que já não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado, operação intelectual que sempre busca a análise e o discurso crítico. É justamente esse lado crítico que destrói a memória espontânea (NORA, 1993, p.14).

No entanto, não podemos esquecer que a criação da memória pessoal ou coletiva é problemática e incompleta, pois a mesma sofre interferência com o tempo ao qual ela pertence. Na década de 1960, observamos a forte marca de um discurso conservador, que buscava difundir a ideia que o governo militar se fazia necessário para salvar o país de um golpe comunista. Assim, o estudo da memória tem como objetivo trazer uma

história não mencionada, a qual é fruto de uma memória pessoal e coletiva, envolta em torno do silêncio e/ou esquecida por nossa sociedade, pois se analisarmos os enunciados discursivos da imprensa escrita, observaremos que as mesmas são determinados por conceitos, que aparecem e se transformam ao longo do tempo, carregando uma carga maior ou menor de memória, definindo assim a utilização e a apropriação do discurso empregado e propagado pela imprensa escrita.

Nesse sentido, notamos que as reportagens estão inseridas dentro de um contexto social e político, e nessa perspectiva, a história muitas vezes é tratada como uma junção de fatos, que constituem a “identidade” das sociedades e dos seus indivíduos. Contudo, não podemos compreender a história apenas como um emaranhado de acontecimentos e/ou fatos históricos isolados e descaracterizados de discursos, pois, os mesmos são responsáveis por constituir nosso pensamento crítico e/ou nossas memórias, contribuindo para a formação social, política e cultural na sociedade. Desse modo, o presente trabalho analisará a formação e queda do grupo de guerrilha formado na década de 1960 no Estado do Rio Grande do Sul – RS, buscando refletir acerca das semelhanças e rupturas dos discursos produzidos pela imprensa escrita nas décadas de 1960-1970 e 2012-2016.

O tema apresentado é fruto de uma pesquisa de projeto (PIBIC), desenvolvida pela acadêmica e pelo Professor Doutor Mateus Gamba Torres, desde o segundo semestre de 2011. A mesma apresentou-se inicialmente como uma curiosidade, mas após ouvir relatos de familiares acerca do grupo de guerrilha e com o levantamento de dados como jornais da imprensa escrita, fonte oral², documental, e o estabelecimento de contato com os ex-guerrilheiros, deu-se início a pesquisa objetivando analisar e questionar qual foi a memória que se criou e como a mesma foi tratada e divulgada pelos periódicos escritos a nível local e nacional.

Desse modo, a monografia está estruturada em três capítulos. O primeiro contemplará uma análise sobre o período pré-golpe, a fim de identificar os elementos sociais e políticos que levaram ao golpe civil-militar no Brasil. O segundo capítulo abordará o processo de censura, prisão, e o estado de segurança nacional imposto no pós-golpe, bem como a fundação do grupo de resistência. O último capítulo, por sua vez, discorrerá acerca da análise das semelhanças e rupturas dos discursos que foram

² A monografia não se utilizou das fontes orais nessa pesquisa em função do processo de submissão ao comitê de ética da universidade, pois não houve tempo hábil. E porque a acadêmica dará continuidade na pesquisa desenvolvida utilizando-se de fonte oral.

produzidos pela imprensa nas décadas de 1964-1970 e 2010-2016, usando como principal fonte reportagens dos períodos citados.

2.0 O CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL NO PRÉ-GOLPE DE ESTADO

Nesse capítulo trabalharemos com o contexto da década de 1964 e como esse processo de oscilação social e político agiram para que instaurar um golpe de estado no Brasil. As agitações foram as marcas do período pré-golpe de 1964, na época diversos grupos e movimentos sociais se juntavam ao pleito governista para aprovar as reformas de base propostas pelo presidente João Goulart, conhecido popularmente como Jango. Fábio Bacila Sahd diz em seus estudos que

O período anterior ao golpe de 1964 se distingue por sua efervescência social a qual se expressa em diversas demonstrações da massa, como as greves que reuniram centenas de milhares, pois havia uma intensa mobilização popular que era acompanhada de maquinações golpista das vanguardas reacionárias, que em, pelo menos, três momentos desestabilizaram a ordem institucional democrática até o rompimento drástico em 1964 (SAHD, 2014; p 22).

Jango enfrentou uma drástica campanha de desestabilização por parte da massa civil, imprensa, igreja e militares entre os anos de 1961-1964, resultando em sua queda da presidência neste ano. Processo que é apontado como uma clara conspiração antidemocrática, Carlos Fico assinala que o processo de desestabilização tem o objetivo de “impedir manobras continuístas e tornar Goulart um eleitor fraco” (FICO, 2014, p. 32).

Com o objetivo de evitar que Jango conseguisse o apoio popular, principalmente dos estudantes e sindicatos, que eram vistos pela elite conservadora como uma ameaça, em função de seus ideais esquerdistas/socialista. O ano de 1962 empenhou um papel decisivo para o rumo da política brasileira, já que ocorreriam eleições gerais e a campanha eleitoral para a escolha do novo presidente em 1965 (FICO, 2014, p. 31).

A presença dos movimentos de esquerda acentuou a instabilidade política, já que detinham uma forte aliança ideológica com as representações sindicais, estudantis e trabalhadora, visto que todos lutavam a fim de se alcançar uma política de cunho socialista.

Queiroz aponta em seus estudos que

Todos reunidos em torno da construção de um projeto político para o país, baseado em um modelo de desenvolvimento diferente do modelo Capitalista, inspirados nas ideias: comunistas, socialistas, sociais-democráticas e anti-imperialistas, que se opunham ao Populismo de Getúlio Vargas (QUEIROZ, Cecília, 2007 p. 03)

A citação apresenta um cenário novo para a política brasileira, dado que esses novos ideais esquerdistas/socialistas tinham uma forte tendência anti-imperialista e anticapitalista, originado pelos conflitos políticos entre EUA e URSS durante o período da Guerra Fria. E posteriormente confirmado pelo início dos conflitos em Cuba, que culminaram na derrubada do ditador Fulgencio Batista do poder e a vitória de Fidel Castro instaurando um governo comunista no país³. Cunha explica que esse contexto mundial estabeleceu fortes disputas ideológicas no modelo capitalista, encabeçado pelos Estados Unidos e o comunista liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (CUNHA; 2013).

Com o final do mandato de Juscelino Kubitschek em 1960, realizaram-se eleições para a presidência da República, nesse período votava-se separadamente no presidente e no vice. Em 3 de outubro de 1960, o candidato apoiado pela UDN, Jânio Quadros, obteve esmagadora vitória, enquanto João Goulart elegeu-se à vice-presidência da República (CPDOC, 2015).

Jango contabilizou mais de 4.5 milhões de votos, ainda segundo o autor Goulart fez muito sucesso com seu Jingle ao propor o neologismo “Jangar” durante o processo eleitoral (FICO, 2014, p. 14-15).

Na hora de votar,
O brasileiro vai votar:
É Jango, é Jango, é Jango Goulart.
Pra vice-presidente
Nossa gente vai “Jangar”
É Jango, é Jango, é o João Goulart.
(FICO, 2014, p. 14)

A música fez muito sucesso na época, já que sua letra é simples e considerada divertida, deixando claro que o país deveria escolher um nome novo como vice-presidente. Assinalando de forma clara e direta que ele era esse nome. Jânio Quadros traz em seu jingle um discurso amparado na moralidade e no combate à corrupção. Conceitos que eram bem vistos e agradavam uma parcela da população mais conservadora da época.

Varre, varre, varre, varre vassourinha!
Varre, varre a bandalheira!
Que o povo já está cansado
De sofrer dessa maneira

³Em 1959 a guerrilha de Fidel, Raúl Castro e Che Guevara derrota as forças de Batista e toma Havana, fuzilando ex-membros do governo. Acuada, o ditador foge para o exílio no México. Informação retirada do site: <http://revistaescola.abril.com.br/historia/fundamentos/revolucao-cubana-50-427274.shtml> acessado em 01/10/2015 as 21:53 horas.

Jânio Quadros é a esperança desse povo abandonado!
Jânio Quadros é a certeza de um Brasil, moralizado!
Alerta, meu irmão!
Vassoura, conterrâneo!
Vamos vencer com Jânio
(FICO, 2014, p. 15)

Fico aponta que a vassoura utilizada por Jânio Quadros “teria a função de varrer a corrupção” temática que mobilizou todo o país, e o fez ganhar a eleição com 5.6 milhões de votos (FICO, 2014, p.14). Jânio Quadros e João Goulart foram empossados em 31 de janeiro de 1961.

2.1 A POLITICA POS-ELEIÇÃO E O GOLPE DE ESTADO BRASILEIRO

Jânio na noite em que assumiu seu mandato atacou verbalmente Juscelino Kubitschek em cadeia nacional de rádio, atribuindo ao ex-presidente a prática de nepotismo, ineficiência administrativa e responsabilidade pelos altos índices de inflação (CPDOC, 2015). Empossado deu início ao seu plano de governo, implantando uma série de medidas para contornar os problemas deixados pelo governo JK. Uma das primeiras medidas foi a “reforma cambial, a qual foi muito bem recebida pelos credores estrangeiros, resultando em novos acordos financeiros” (CPDOC, 2015).

No entanto, Jânio não tinha uma posição muito clara do seu governo, visto que ele tentava manter uma linha independente com relação à política externa. Organizou seu plano de ação político tentando agradar a ambos os lados da sociedade (burguesa e sindical/trabalhadora), gerando desconfiança em ambos os lados da sociedade brasileira.

Do ponto de vista administrativo, tentou uma maior centralização de poderes com a adoção de uma mecânica de decisões que diminuísse o peso do Congresso Nacional e ampliasse a esfera de competência da Presidência. Com o fortalecimento do movimento sindical e das ligas camponesas, e o crescimento dos conflitos sociais, começou a ganhar corpo um movimento político a favor das chamadas reformas de base e de uma reorganização institucional. O próprio movimento sindical estabeleceu relação ambígua com o governo, apoiando a política externa, combatendo a econômica e divergindo, em sua maioria, da proposta de abolição do imposto sindical, sustentada pelo ministro Castro Neves (CPDOC, 2015).

A citação nos mostra que Jânio tinha um plano político instável, tentou manter uma centralização administrativa, aventurou-se em agradar os burgueses e os

sindicalistas. Somando isso a sua clara intenção de enfraquecer o congresso nacional, perdeu o apoio de parte de seus aliados, incluindo os partidos da situação e oposição.

Apesar desse contexto incerto, o presidente levou adiante seu projeto de estabelecer relações com as nações do bloco socialista. “Jânio recebeu no palácio do Planalto, a primeira missão comercial da República Popular da China enviada ao Brasil no mês de maio desse ano” (CPDOC, 2015).

Se não bastasse toda desconfiança que Jânio sofria por sua tentativa de aproximação comercial e cultural com os blocos do mundo pós-guerra (socialistas). Em 25 de julho o então presidente se encontra com o líder da Revolução Cubana Che Guevara, e “em 18 de agosto condecorou o ministro cubano com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul” (CPDOC, 2015), o que provocou a indignação nos setores da elite conservadora e do próprio congresso nacional.

No âmbito interno, o governo experimentava, ainda, a ausência de uma base política de apoio: no Congresso Nacional dominavam o PTB e o PSD, ao mesmo tempo em que Jânio Quadros afastara-se da UDN, enfrentando a oposição cerrada do então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA; 2015)

A citação aponta alguns fatores que teriam levado à renúncia do presidente em 25 de agosto de 1961, consumada através de documento apresentado ao Congresso Nacional (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA, 2015). Renúncia que levou o Brasil a uma grave crise política. Fico assinala que a intenção de Jânio Quadros era causar uma comoção nacional, que exigisse sua volta, o que fortaleceria seu governo e lhe daria maiores poderes (FICO, 2014, p.15) no entanto, o congresso nacional aceitou sua renúncia e não houve nenhuma mobilização popular pedindo sua permanência.

Jânio deixou sua cadeira da presidência vaga, pois nesse momento João Goulart encontrava-se em viagem na China, Fico ressalta o que o presidente da câmara dos deputados assumiu a cadeira da presidência, o então deputado paulista Pascoal Ranieri Mazzilli – PSD (FICO, 2014, p. 16).

A perspectiva da volta de Goulart ao país e assumindo a presidência, fez com que os ministros militares formaram uma junta e, contando com o apoio de importante parcela das forças armadas e de um grupo de civis visceralmente antigetulistas, vetassem a posse do vice-presidente sob a alegação de que ela significaria grande ameaça à ordem e às instituições do país (CPDOC, 2015)

A ideia de ter Goulart como presidente, movimentou a política interna, já que para os partidos da oposição, como a UDN (União Democrática Nacional) os militares e a camada civil conservadora Jango, era visto como um simpatizante do comunismo. O que é enfatizada, pois, o mesmo se encontrava em visita oficial à China (país comunista). Com isso os partidos de oposição e os militares unem-se para impedir que o então vice-presidente assumira a cadeira da presidência.

Fico assinala que os comandantes das Forças Armadas (tinham o status de ministro) logo declararam que não aceitariam o retorno de Goulart ao Brasil para ser empossado como novo presidente da república (FICO, 2014, p. 17), Jango que ainda se encontrava na China recebeu uma mensagem de Ranieri Mazzilli a qual lhe dizia:

Os ministros da guerra⁴ Marechal Odílio Denis, da Marinha, vice-almirante Sylvio Heck, e da Aeronáutica, brigadeiro-do-ar Gabriel Grum Moss, “na qualidade de chefes das forças armadas, responsáveis pela ordem interna, [lhe] manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao país do vice-presidente João Belchior Marques Goulart” (FICO, 2014, p. 17)

A mensagem de Ranieri deixa claro que os militares não queriam o retorno de Goulart ao Brasil, pois acreditava que Jão Goulart instauraria uma política “comunista” no país, em função do mesmo se encontrar na China, que na época era comunista e mantinha como plano político reformas que beneficiariam a classe trabalhadora e sindical, a qual, era mal vista por parte da camada conservadora da sociedade brasileira.

Contudo, essa não foi a única manifestação direcionada a Jango por parte de seus opositores, Fico aponta que Jango também foi alvo de um manifesto à nação contra a sua posse, dois dias depois de receber a mensagem de Ranieri (FICO, 2014, p. 17). Manifesto que pode ser entendido como um ataque claro as tendências de esquerda, pois, esse documento apontava que “Jango nomearia esquerdistas para os ministérios, os quais eram ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional” (FICO, 2014, p.18).

As camadas conservadoras da sociedade civil junto a seus opositores enfatizavam a todo momento que Jango compartilhava da ideologia comunista, e por isso, o futuro presidente constitucional era um perigo ao Brasil. Jango não era comunista, estava longe de ser, ele era fazendeiro, dono de terras no estado do Rio Grande do Sul, um homem rico, mas de hábitos simples, que tinha um amplo convívio com os trabalhadores. Ficou evidenciado que ele era estimado pela população por ser

⁴ Assim era designado o futuro Ministério do Exército – (Carlos Fico; p. 17.)

afilhado político de Getúlio Vargas, e aponta que boa parcela dos militares era antigetulista (FICO, 2014, p.18).

Destacando que a impopularidade sofrida por Jango não era atrelada somente ao fato do mesmo ser considerado comunista, mas sim pela sua trajetória política. Por ele ser afilhado de Getúlio Vargas, somado a sua luta por direitos aos trabalhadores. Seu projeto político reformista só fez com que sua popularidade entre a massa trabalhadora aumentasse, despertando a ira da camada burguesa e conservadora da elite brasileira.

É nesse momento que a historiografia brasileira se depara com a formulação de um golpe de estado, uma vez que, os opositores de Jango descumprem o direito previsto na Constituição de 1946 de que na falta do Presidente, assume o candidato eleito a vice. É diante dessa atitude golpista que Leonel Brizola (governador do Rio Grande do Sul) e cunhado de João Goulart, entra em cena. Fico destaca que no dia 27 de agosto Brizola inicia uma campanha exitosa conhecida como “rede da legalidade” indo as rádios defendendo a posse de Goulart, defendendo que essa solução era prevista pela constituição (FICO, 2014, p. 19-20)

2.2 LEONEL BRIZOLA A CAMPANHA DA LEGALIDADE E O GOVERNO DE “JANGO”.

A campanha de Brizola tomou uma proporção enorme conseguindo o apoio do Comando Militar do Rio Grande do Sul, líderes sindicais, movimentos estudantis e de intelectuais. Fico ressalta que a campanha de Brizola teve grande importância para o desdobramento da crise política após a renúncia de Jânio (FICO, p. 20) como podemos perceber:

A atitude dos ministros militares havia desagradado a boa parte da opinião pública, inclusive jornais importantes como Correio da Manhã, Jornal do Brasil e outros. Os Jornais O Estado de São Paulo e O Globo apoiavam os ministros, opondo-se à posse de João Goulart. Mas a posição legislativa prevaleceria (FICO, 2014, p. 20)

Uma parcela dos jornais do país e da população não se agradaram com o posicionamento dos ministros, não conseguindo mais adiar ou impedir o retorno de Jango ao Brasil. Fico aponta que a solução encontrada foi instaurar o sistema Parlamentarista, Goulart pode tomar posse simbolicamente no dia sete de setembro de 1961 (FICO, 2014, p. 21).

Já empossado, Jango não deixou de ser alvo de seus opositores, para eles o presidente era uma ameaça em função do seu plano político dar espaço para os movimentos sociais, estudantis e sindicais. Causando ampla preocupação entre os conservadores e militares, pois, estes receavam que o Brasil se tornasse membro do bloco comunista.

Anunciou a adoção de importantes medidas, através de decretos, como a encampação das refinarias particulares, o tabelamento dos aluguéis dos imóveis desocupados e a desapropriação de terras valorizadas pelos investimentos públicos, ou seja, das terras às margens dos eixos rodoviários e dos açudes, ou que pudessem tornar produtivas áreas inexploradas (BANDEIRA, 1978 p. 163 in SANTOS, Jordana de Souza).

Jango durante a formulação de seu programa político colocou como pontos principais a defesa dos reajustes salariais compatíveis com os índices inflacionários, e junto as reformas de base deu expressiva importância para a questão agrária no país.

Tendo como essência possibilitar que milhares de trabalhadores tivessem acesso às terras devolutas, improdutivas ou abandonadas, ocasionando uma melhora na qualidade de vida, cumprindo o objetivo do governo de diminuir as desigualdades sociais. Ressaltando o fato das reformas defendidas pelo governo coincidirem com a vontade da massa dos trabalhadores, sindicatos, movimentos sociais e estudantis.

Contudo, os movimentos sociais pressionavam o governo para que as propostas fossem amplamente efetivadas. Conseqüentemente, Jango e seus ministros enfrentavam uma situação econômica difícil, marcada pela grave crise financeira (CPDOC, 2015) o que fez com o que o presidente agisse a fim de melhorar essa condição.

Em 1963, o ministro San Tiago Dantas visitou Washington, e discutiu um plano de ajuda para o Brasil e a renegociação da dívida externa. O resultado foi o empréstimo de 398 milhões de dólares, com a imediata liberação de 84 milhões, ficando o restante vinculado à realização das reformas econômicas exigidas. A falência do Plano Trienal, levou ao anúncio de mais um plano de estabilização e combate à inflação, em outubro de 1963, quando o Banco do Brasil foi autorizado a emitir letras para captação de recursos internos. Em dezembro desse ano, o presidente Goulart aprovou a previdência social para os trabalhadores rurais, a obrigatoriedade de as empresas com mais de cem empregados proporcionarem ensino gratuito, e o 13º salário para o funcionalismo público, instituindo, ainda, a escala móvel para o reajuste dos vencimentos. O governo também taxou os óleos lubrificantes vendidos por empresas estrangeiras e outorgou à Petrobras o monopólio das importações de petróleo (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA; 2015).

Medidas que tinham como objetivo controlar a crise econômica vivenciada no momento, colocando Goulart em uma situação delicada, uma vez que ele enfrentava pressão vinda dos trabalhadores, e pelas pressões econômicas internacionais. Enquanto

o governo enfrentava todas essas dificuldades na área econômica, Jango teve que lidar com uma forte oposição dos partidos contrários, encarando a ira de parte da imprensa que buscava a todo custo desqualificar o seu governo.

Juremir Machado da Silva aponta que:

A imprensa brasileira cumpriu rigorosamente esse papel na preparação e legitimação do golpe de 1964. Usou do seu prestígio para convencer parte da população, especialmente as classes médias a aderir aos propósitos das elites econômicas que estavam vinculadas aos interesses do capital internacional. (SILVA, 2014, p. 11).

A oposição ao governo de João Goulart aumentava a cada dia, muitos opositores foram criados em consequência do trabalho de desqualificação do seu governo por parte da imprensa. Ferreira aponta que “com exceção dos donos dos jornais que assumiram claramente o seu repúdio a Jango como o Estado de São Paulo e da tribuna da imprensa, a imprensa de modo geral o apoiava desde que ele se mantivesse afastado das esquerdas” (FERREIRA, 2011 p. 413).

Observa-se que parte da imprensa se opôs a Goulart a partir do momento que ele demonstrou não ser e/ou agir como um agente do modelo conservador. O que era esperado por parte da população civil, igreja, militares e imprensa, dificultando ainda mais o seu governo. Contudo, esses não eram os únicos grupos que Jango deveria se preocupar em seu mandato.

Fábio Bacila Sahd (2014) aponta que ao longo da presidência de João Goulart os grupos à direita e à esquerda mediram suas forças dentro da esfera pública, onde ambos os lados acabaram pressionando o governo para refrear ou acelerar as reformas de base, “foi enfrentando muitas dificuldades até sua queda que o presidente manteve um equilíbrio frágil entre as forças opostas buscando respaldo nos políticos e posição de centro o que desagradava a ambos os polos” (SANTOS, 2009, p.101-102).

Na visão de Ferreira:

O “intervencionismo” característico de setores mais radicalizados dentro da União Democrática Nacional (UDN) era voltado sobre tudo, contra a participação maciça dos trabalhadores como sujeitos políticos. Para essas elites o povo estaria corrompido pelos direitos sociais outorgados de forma manipuladora durante o Estado Novo e não saberia exercer seu voto, portanto as “crises republicanas” incluindo-se o golpe de 1964 teriam o resultado de inconformidade dos conservadores diante dos benefícios conseguidos pelos trabalhadores (FERREIRA, 2011, p. 85-86)

Para Rosa Maria Cardoso da Cunha⁵ a quartelada de 1964 não foi apenas um golpe das oligarquias ou elites políticas e econômicas nacionais contra o governo que tinha uma face trabalhista e popular patrocinado pelas forças militares, mas sim um golpe fundado na violência tradicionalmente exercitada no Brasil contra os destituídos.

2.3 A POLITICA INTERNA E O GOLPE CIVIL-MILITAR

O projeto que gestou 1964 visava à construção de um Estado de Segurança Nacional e de Desenvolvimento Associado e Hegemônico na América Latina (Rosa Maria Cardoso da Cunha, 2013). “Com efeito, a ‘ameaça comunista’ serviu como pretexto para justificar golpes autoritários, reprimir movimentos populares, garantir interesses imperialistas ameaçados pelas campanhas nacionalistas, ou seja, manter inalterado o status quo” (MOTTA, 2000, p. 09-10). O ideal do status quo associado ao panorama que o golpe civil-militar se baseou acabou por regularizar a continuidade do poder entre as classes dominantes, legitimando a intolerância contra o risco de repartição dos ganhos e impedindo uma maior distribuição de riqueza, para manter o poder centralizado nas mãos de uma elite autoritária.

Assim, Cunha afirma que a violência política utilizada pelas Forças Armadas Brasileiras buscou sua legitimidade e está associada a três casos clássicos de ação anti-insurrecional – Indochina, Argélia, Vietnã – e aos padrões norte-americanos de contra-insurgência. Dado que, o processo e estabelecimento de um Golpe de Estado, se dá quando um governo constitucionalmente legítimo é derrubado de forma ilegal. No entanto, os golpes de Estado, podem ocorrer de forma violenta ou pacífica, correspondendo aos interesses de uma elite que correspondem a uma minoria dentro do aglomerado da sociedade. No caso específico do golpe de Estado brasileiro, correspondeu aos interesses de uma camada conservadora da sociedade civil, militar e religiosa.

Wilma Antunes Maciel aponta que:

Também em cada uma das forças armadas foram criados ou reestruturados órgãos de repressão, no exército criou o centro de informação do exército

⁵ CUNHA, Rosa Maria Cardoso Da. É integrante da Comissão Nacional da Verdade, GT Golpe civil militar de 1964; Brasília, 25 de fevereiro de 2013.

(CIE), na Marinha o serviço de informação foi reestruturado com a reestruturação do centro de informação da Marinha (CENIMAR), na Aeronáutica foi criado o Centro de Informação da Aeronáutica (CISA) (MACIEL, 2006, p.21-22).

Contexto que os militares utilizaram para institucionalizar o uso da tortura, seja ela física e/ou psicológica como estratégia para caçar e deter a “ameaça comunista”. Os órgãos de segurança do Estado passam a legitimar e a institucionalizar o uso da tortura por meio dos órgãos de repressão, já que, as forças armadas foram as principais detentoras da repressão, utilizando-se de armas, ataques a bancos e instituições do governo.

Passam a atuar se interligando pela ampla funcionalidade em conjunto aos órgãos como Destacamento de Operações de Informação (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODIs). Órgãos esses que, segundo Maria Celina D’ Araujo, “a simbiose entre esses dois órgãos ficou registrada na memória política como Doi-Codi” (D’ ARAUJU, 2002, p. 18)

Os organismos de repressão tinham como finalidade perseguir, capturar, interrogar e analisar as informações. Mas isso sempre era feito de uma forma brusca, abaixo de muita violência e muitas mortes cabem a esses dois órgãos e seus representantes. Usavam a “tortura como método de informação tinha um efeito devastador para a pessoa, tanto física quanto psicológica, durante o interrogatório o preso se encontrava só e indefeso” (MACIEL, 2006, p. 56).

O mais terrível da tortura política é o fato de que ela obriga o torturado a lutar contra si mesmo. A tortura cinde a pessoa ao meio. A mente quer ser fiel à causa e aos companheiros; não quer de forma alguma, entregá-lo. O corpo submetido a toda sorte de intimidação e aviltamento, para ver se livre da tortura, tende a falar e assim fazer a vontade do torturador (BOFF, 1987, p.13).

Constatando que o clima de terror vivenciado pelo preso político era extremamente cruel, obrigando o torturado a “lutar contra si” (MACIEL, 2006, p. 56), o mesmo era submetido a todo tipo de violência física e psicológica. Os aparelhos de repressão agiam de forma legitimada pelo Estado, pois foi a opção política usada pelos militares para evitar uma suposta ameaça comunista.

Gerando três graves consequências para a sociedade brasileira: inoculou a tortura como forma de interrogatório nos quartéis militares a partir de 1964; fez da tortura força motriz da repressão praticada pelo Estado brasileiro até pelo menos 1976; e a materialização sob a forma de política de Estado de atos de tortura, assassinato, desaparecimento e sequestro (CUNHA; 2013, p.01-02).

Nesse sentido, a tortura não pode ser vista apenas como uma prática de violência, ela teve um nítido papel no processo de intimidação a sociedade, pois, “a cultura do medo afasta as pessoas da participação política, mas a longo prazo tem efeitos estimulantes” (ALVES, 2005, p. 117-219). O uso da tortura associado a invasões de domicílio, perseguições e prisões evidencia o clima de terror vivido na época.

No entanto não podemos esquecer que a mídia desenvolveu um papel fundamental para que o golpe se concretizasse e posteriormente se justificasse. Juremir Machado da Silva aponta que “a mídia em 1964 enquanto falava de democracia e ordem constitucional preparava o lombo dos brasileiros para o golpe que lhes sofreria por duas décadas e meia” (SILVA, 2014, p. 08).

Entretanto, vemos uma contradição já que parte da imprensa apoiou os militares, contudo, os mesmos impuseram censura aos meios de comunicação (jornais, rádios, televisão). E ainda em teatros, escolas e universidades.

2.4 A PERSEGUIÇÃO E OS MEIOS DE REPRESSÃO

Qualquer pessoa que se colocasse contra o regime era vista como comunista, esquerdista, subversivo, criando-se um imaginário de inimigo. Alves assinala para o fato de se instituir um clima de suspeita, medo e divisão permitindo ao regime realizar campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas (ALVES, 2005, p. 26-27). A criação dos organismos pelo governo militar objetivando o combate eficaz e altamente repressivo sobre os opositores passa a cumprir um papel de intimidação aos supostos inimigos internos. É nesse momento que os opositores passam a viver na clandestinidade, pois, essa era uma forma de conseguir atuar contra o regime, e se manter longe dos órgãos de repressão.

O golpe militar de 1964 não somente perseguiu, torturou e matou seus opositores, ela também impediu a manifestação mais legítima de cidadania, ao proibir o voto direto para presidente da República e representantes de outros cargos majoritários, como governador, prefeito e senador. Apenas deputados federais, estaduais e vereadores eram escolhidos pelas urnas (CAMARA, 2014)

A ditadura civil-militar instituiu o terrorismo de Estado, utilizando-se do silenciamento e do extermínio de qualquer oposição ao seu regime. Os órgãos de

repressão se utilizavam das relações sociais e familiares criando uma conjuntura de ruptura emocional Gilberto Cotrim aponta que “assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos” (COTRIM, 2005, p. 562)

A caça aos grupos de opositores era tão bárbara que os organismos de repressão tinham uma política de “torturava-se antes para perguntar depois” (Nelson Werneck Sodré, 1987, p. 138-139). Na prisão o rito de espancamento ratifica o clima de terror. Para Luzimar Nogueira Dias “a repressão costumava torturar severamente meros suspeitos ou mesmo pessoas que tem certeza que eram inocentes, apenas com o fito de amedrontá-las, assim como também as pessoas de sua família, círculo social, local de trabalho” (DIAS, 1979, p. 88).

Essa perspectiva nos mostra que os métodos repressivos cumpriram o papel de intimidação e terror para a população, como agente punitivo a seus opositores e de sobrevivência do próprio regime. Sem ela provavelmente os militares se manteriam por tanto tempo no poder, se formos considerar o fato de que a cada dia formavam-se novos grupos de opositores em todo país. A partir desse contexto de censura, perseguição, torturas que vemos a formulação e criação dos grupos de resistência contra o governo militar se intensificando em todo país. Tendo sua criação tanto nos meios urbanos quanto no meio rural.

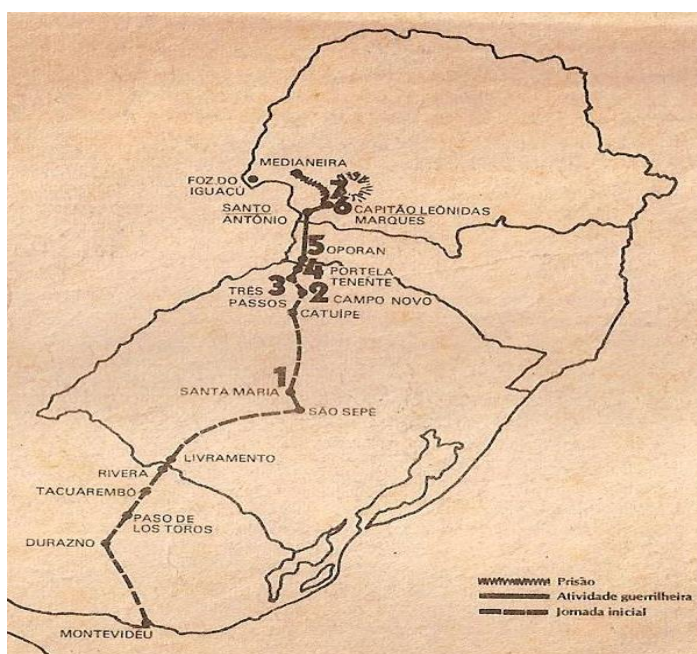
Panorama que coloca o município de Três Passos⁶ na luta contra o governo ditatorial, pois, no ano de 1965 tem o municio assiste à formação do primeiro grupo de guerrilha armada rural, formada por camponeses, ex-militares, de origem trabalhista/brizolista contra o regime militar. Tem como líder o ex-coronel cassado Jefferson Cardin Osório, que era ligado ao MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), unido a Leonel Brizola.

Escolhendo a cidade de Três Passos – Rio Grande do Sul como sede da formação pelo fato de a cidade ser uma área estratégica, uma vez que, a mesma une três países – Argentina, Uruguai e Paraguai – que fazem divisa com três estados brasileiros – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O local também é marcado por zonas de mata e trilhas que poderiam ser facilmente usadas em caso de fugas ou tomadas de outras áreas (WEISSHEIMER, 2012).

⁶A construção do município de Três Passos iniciou em 1879. Localiza-se na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, local de mata atlântica, Três Passos está situada a pouco mais de 25 quilômetros da Argentina, tinha – e ainda preserva – densas matas nativas e era servida por boas pistas de pouso, dos dois lados da fronteira, onde o grupo poderia facilmente realizar desembarques de tropas e equipamentos militares, bem como se deslocar sem problemas entre as trilhas existentes. Informação retirada de site <http://www.trespazos-rs.com.br/?p=artigo-5-10-2.html#principal> acessado em 12/10/15 as 13:49 horas.

O município localiza-se na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, local de mata atlântica, Três Passos está situada a pouco mais de 25 quilômetros da Argentina, tinha – e ainda preserva – densas matas nativas e era servida por boas pistas de pouso, dos dois lados da fronteira, onde o grupo poderia facilmente realizar desembarques de tropas e equipamentos militares, bem como se deslocar sem problemas entre as trilhas existentes como podemos ver no mapa.

Mapa de rota e localização do município de Três Passos-RS⁷



Como vemos no mapa a localização geográfica é importante para o processo de movimentação do grupo, pois, a cidade oferece várias rotas de fuga facilitando o processo de deslocamento de armas, dinheiro. Nos destacamentos militares e quartéis da Brigada Militar, haviam oficiais nacionalistas que estavam à espera de um comando para se sublevarem contra os golpistas (UOL, notícias, 2015). Constatando que no noroeste do Rio Grande do Sul, nas regiões de Campos Novos, Três Passos e Tenente Portela, existia, uma mobilização por parte dos cidadãos. O costume de se encontrarem para jantares e ouvir rádio uns nas casas dos outros facilitou para que o grupo de “revolucionário” se formasse.

⁷ O mapa pertence ao acervo pessoal da acadêmica.

3. DOS IDEAIS A LUTA ARMADA: A CONSTITUIÇÃO E LUTA DA GUERRILHA ARMADA DE TRÊS PASSOS

O capítulo fará um panorama sobre o processo de formação e queda do grupo de guerrilha, analisando como foi o trajeto do grupo até o momento da prisão, bem como a repercussão nos meios de imprensa.

O ex-combatente e militante Aluizio Palmar⁸, em seus estudos, afirma que a operação Três Passos estava sob orientação de Leonel Brizola, este, residente no Uruguai, onde o coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório e o ex-sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul Alberi Vieira dos Santos, deram início ao planejamento no dia 12 de março de 1965, tendo como objetivo tomar alguns destacamentos militares e esperar adesões a luta armada.

O trajeto escolhido para a coluna de combatentes, que subiria pelo noroeste do Rio Grande do Sul até Mato Grosso, deveu-se ao conhecimento que o sargento Alberi tinha da região, e também por ser uma área fronteira, que margeava a Argentina e o Paraguai, proporcionando rotas de fuga (CNV, v. 01, p.597).

No dia 15 de março, Jefferson Cardim saiu por Montevidéu em busca de recursos para colocar o plano em prática, entre uns e outros, arrecadou cerca de mil dólares, e no dia 17 de março compraram armamento numa loja de Montevidéu: “três armas de caça tchecas semiautomáticas, de 15 tiros, calibre 22 e mil tiros (munição) para cada uma” (GASPARI, 2002, p. 192).

Na noite de 18 de março Cardim, Alberi e Alcinor Ayres seguiram em direção a Rivera. Às seis horas da manhã saíram de Livramento, chegando à tardinha em São Sepé (PALMAR, 2012, p. 289). Ao atingirem Catuípe - RS, Cardim e Alberi fizeram alguns contatos e dormiram na casa do subprefeito, que lhes emprestou um carro, no qual prosseguiram até Campo Novo, passando a noite na casa de Silvano, irmão do ex-sargento.

⁸ Aluizio Palmar é ex-combatente da ditadura, ele foi militante e dirigente estudantil da União Fluminense dos Estudantes, quando cursava Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, dirigente do MR8, movimento revolucionário 8 de outubro, uma das principais organizações de resistência do período. Em 1964, Palmar se entregou a uma luta que o deixaria para sempre com as marcas das torturas, prisões e exílio que sofreria pelo aparato da ditadura. Autor do livro, “Onde foi que vocês enterraram nossos mortos? ”, que marca a busca incessante dos presos e desaparecidos políticos. Palmar também é membro do Comitê de Acompanhamento da Sociedade Civil na Comissão de Anistia, ligada ao Ministério da Justiça e mantém o site de referências históricas: www.documentosrevelados.com.br onde disponibiliza cerca de 80 mil documentos. Informação retirada do site <http://www.forumverdade.ufpr.br/blog/2016/06/23/ex-combatente-da-ditadura-o-escritor-aluizio-palmar-recebera-titulo-de-cidadao-honorario-de-foz/> acessado em 05/12/2016 as 18:24 horas.

Na cidade contataram com Valdetar Antônio Dorneles, que preparou um croqui de Três Passos. Esta, localizada na região Noroeste do Rio Grande do Sul, contava com um destacamento composto por 12 ou 13 homens, mais o presídio com uma guarnição de oito homens, a patrulha da delegacia, a central telefônica e a rádio (PALMAR, 2012, p. 290).

Reuniram-se no sítio do pai de Valdetar, Euzébio Teixeira Dorneles, onde realizaram exercícios de tiro, treinaram montagem de acampamento e distribuíram as missões para os combatentes. Para o deslocamento da tropa, Zebinho arrumou com o chefe do PTB local, um velho Ford Bigode, modelo 1939, conhecido por caolho, pois, só tinha um farol. Após empurrar o caminhão para fazê-lo andar, partiram de Campo Novo na noite de 25 de março rumo a Três Passos, onde chegaram às dez e meia da noite (PALMAR, 2012, p. 290).

Na noite do dia 25 de março o grupo que tinha cerca de vinte e três homens liderado por Jefferson Cardin Osório, Alberi Vieira dos Santos, Valdetar Dorneles, rendeu Três Passos de assalto. O grupo deixou a cidade sem comunicação telefônica, pois cortaram os fios da rede, e posteriormente tomaram o presídio e o destacamento da Brigada Militar, de onde levaram armas, munição e fardas (DORNELES, 2014).

Entraram no alojamento e mandaram os homens se levantarem e quando viram o coronel fardado se levantaram assustados, todos de cuecas. Jefferson e seus comandos apanharam todo o armamento existente no destacamento e mais fardamento e munições atravessaram a rua e entraram no presídio. O guarda que guardava a portaria se assustou e correu para o fundo, que não tinha saída. O outro guarda viu e também fugiu (PALMAR, 2012, p. 290)

Em seguida foram em direção à delegacia, contudo, no meio do caminho foram alcançados pelo delegado que estava acompanhado por um inspetor, ambos manifestaram apoio ao movimento liderado por Cardim (PALMAR, 2012, p. 291). Após, invadiram a Rádio Difusora obrigando, sob a mira de uma metralhadora, os proprietários Benno Adelar e Zilá Breitenbach a colocar a emissora no ar para ler um manifesto contra a ditadura militar que defendia as reformas de base e conclamava o povo para a revolução (DORNELES, 2014). O manifesto seria senha para o desencadeamento da revolução brasileira” (AUGUSTO, 2002, p. 168).

Os objetivos da guerrilha de Três Passos eram acabar com o regime ditatorial antes mesmo dos militares “comemorarem” o primeiro aniversário do golpe – ou seja, em 31 de março de 1965 – e restabelecer a democracia no país para realizar as Reformas de Base, pregadas por Jango e Brizola. “Entre meados de 1964 e o começo de 1965, todos os planos de insurreição tinham um traço

em comum: o levante, a coluna de combatentes, deveria partir da região Sul do Brasil, onde estavam as bases históricas do trabalhismo e o III Exército, responsáveis pelo sucesso da rede da Legalidade em 1961” (CNV, v. 01, p. 596)

O grupo tentou fazer um assalto a agência do Banco do Brasil em Três Passos, porém, alegando não ter a chave do cofre o gerente conseguiu ludibriar os guerrilheiros, que se puseram novamente em marcha (AUGUSTO, 2002, p. 169). Retirando-se da cidade de Três Passos em direção a cidade de Tenente Portela – RS, como podemos ver no fragmento citado.

Após esses atos os guerrilheiros seguiram para Tenente Portela, onde também tomou o destacamento da Polícia Militar. O mesmo ocorreu em Barra do Guarita e em Itapiranga (SC), que fizeram parte da rota do grupo em direção ao Paraná. Por onde passava, Cardim dizia que Leonel Brizola já estava em Porto Alegre e que o III Exército estava dividido, em favor dos combatentes (CNV, v. 01, p. 598)

3.1 SAINDO DE TRÊS PASSOS: OS PRIMEIROS PASSOS DA GUERRILHA ARMADA

Chegando a cidade de Tenente Portela – RS, foram para o destacamento, o sargento que estava sozinho fugiu, pulando uma janela e saindo disparado pela rua. Jefferson Cardim ocupou a mesa do sargento, enquanto sua tropa quebrava a estação de rádio e cortava o telefone. Ainda em Tenente Portela – RS, o coronel Jefferson “requisitou” um rádio transistor, para poder acompanhar o desenrolar dos acontecimentos pelas rádios Guaíba e Gaúcha (PALMAR, 2012, p. 291).

Palmar relata que já eram cinco da manhã quando o grupo se deslocou de balsa, onde um cabo os estava esperando, Jefferson determinou que o mesmo fosse à caça do balseiro, dizendo que era uma ordem do Estado-Maior. Quando o balseiro chegou, disse que do Exército não se cobrava nada. Após, uma hora depois chegaram à pequena cidade de Itaporã com 60 fuzis, uma metralhadora tcheca de tripé, uns 30 revólveres e muita munição. Segundo reportagem publicada na Folha de São Paulo na segunda-feira de 29 de março de 1965, o grupo guerrilheiro entrou no estado de Santa Catarina, passando pela cidade de São Miguel do Oeste.

Em 26 de março, após, atravessar Santa Catarina, o grupo ingressou no Paraná. Chegando a Barracão-PR os homens estavam fardados de Policiais Militares – exceto o Alberi – e empunhando fuzis. Na divisa, o chefe do destacamento de Barracão arriou a corrente e disse: “*Pode passar coronel*” (PALMAR, 2012, p. 291-292). O grupo seguiu

até Santo Antônio do Sudoeste, onde apanhou Virgílio Soares de Lima, que era tio de Alberi. Dali o grupo seguiu por Realeza em direção a Capitão Leônidas Marques. Já era quase meia-noite quando atravessaram o Rio Iguaçu numa balsa, cansados, devido à longa viagem, decidiram pernoitar no mato após camuflar o caminhão num lugar entre São José e Santa Lúcia (PALMAR, 2012, p. 292).

No dia 27 de março de 1965, depois das primeiras informações que chegaram sobre o levante, aviões e helicópteros de reconhecimento partiram para a região (CNV, v. 01, p. 598). Em Leônidas Marques – PR, o grupo foi localizado por um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e a tropa de militares da 5ª Região Militar foi enviada para deter o grupo de opositores (ZATTA, 2011).

Posterior ao cerco dos militares por volta das 11 horas de 27 de março de 1965, Jefferson reuniu o pessoal no mato e disse: *“A nossa única chance de escapar com vida é prender a patrulha, se não fizemos isso seremos presos após o cerco”* (PALMAR, 2012, p. 292). O grupo reagiu bem se colocando em linha de combate em ambos os lados da estrada. O lugar era uma lombada de vegetação densa e de quase nenhuma visibilidade, com pouco ângulo de tiro. A vantagem era saber a posição do caminhão quando ele surgisse na estrada.

Quando esse surgiu e atingiu a crista da lombada e começou a descer, Jefferson acenou para a tropa e gritou: *“estão presos, rendam-se”*. O ex-coronel Cardim, estava vestido com o uniforme militar, roubado da brigada militar de Três Passos (PALMAR, 2012, p. 292). O caminhão não chegou a vencer a lombada, pois o motorista se assustou e manobrou para voltar, nesse momento o tenente Sávio do exército saltou e mandou atirar, julgando que estavam cercados.

Nesse tiroteio morreu o Sargento Carlos Argemiro de Camargo, atingido pelo disparo de uma metralhadora INA⁹. Depois de 20 minutos de fogo, foi acertada uma trégua para resgatar o corpo do Sargento Carlos Argemiro de Camargo (PALMAR, 2012, p. 292). O grupo de Cardim se dispersou e, pouco a pouco, os combatentes foram sendo capturados.

Jefferson Cardim mandou o seu pessoal esconder as armas e fugir para o morro, quando se embrenhou no mato. Ali, rasgou seu uniforme, colocou uma calça velha

⁹A submetralhadora INA possuía uma cadência de cerca de 600 tiros por minuto, não tinha dispositivo de tiro seletivo e funcionava com o princípio de ferrolho (culatra) aberto, embora a sua relativamente baixa cadência de tiro permitisse que um atirador, com certo treino, dessas rajadas curtas; bastava para isso ter alguma intimidade com o gatilho da arma. Matéria intitulada como: Conheça a antiga fábrica de arma INA publicada em 19 de outubro de 2013 disponível no site <http://www.dihitt.com/barra/conheca-a-antiga-fabrica-de-arma-ina> acessado em 29/06/2014.

remendada, uma camisa velha e um chapéu de palha, tirou sua dentadura, colocou-a num saco junto com os coturnos e foi andando calmamente pela estrada. Continuou caminhando em direção a cidade de Capitão Leônidas Marques – PR até chegar à residência de um colono (PALMAR, 2012, p. 293).

Logo apareceu um jipe da polícia, Jefferson ainda tentou apanhar a pistola, mas um policial desceu do jipe com o dedo no gatilho de uma metralhadora. Jefferson não morreu ali graças a um sargento do Exército que gritou: “*Não mate este homem, ele é o coronel Jefferson Cardim*” (PALMAR, 2012, p. 293). Alberi e Bonilha ficaram dois dias acampados na costa do Rio Gonçalves, no terceiro dia foram presos e conduzidos ao então 1º Batalhão de Fronteira, hoje 34º Batalhão de Infantaria Motorizado, em Foz do Iguaçu (PALMAR, 2012, p. 293).

3.2 A PRISÃO E A TORTURA DOS PRESOS

A prisão do grupo teve uma repercussão grande nos meios de imprensa escrita. Havendo várias manifestações a nível local e nacional.

Foram detidos pelo exército o ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório e mais 17 guerrilheiros sob seu comando. Interrogado durante três horas no quartel do I Batalhão da Fronteira, em Foz do Iguaçu, confessou que o movimento era de origem brizolista, tramado no Uruguai pelo ex-deputado Leonel Brizola, e que deveria ter início nos fins deste mês, quando do primeiro aniversário da revolução. Informou-se que o sarg. Alberi, expulso da Brigada Militar, participou de todo o planejamento, que foi posto em prática pelo ex-coronel, que se adiantou em vista da inauguração da Ponte Internacional. Segundo os planos, os movimentos iniciais seriam nas cidades de Porto Alegre, Bagé e Santa Maria. No único choque armado havido, o ex-coronel matou com dois tiros na perna e um no peito, com uma pistola 45, o sarg. Carlos Argemiro Camargo, em Marmelandia. A área de Capanema, continua sendo ocupada pelas tropas do exército, que procuram os guerrilheiros remanescentes. Segundo o ex-coronel, estes seriam em número de 20. As estradas estão sendo vigiadas e todos os carros revistados (FOLHA DE SÃO PAULO, 29 de março de 1965)

É importante ressaltar que o noticiário não traz apenas o relato acerca do acontecimento histórico, ele traz consigo uma narrativa, a qual é repleta de discurso. Sendo de fundamental importância para a criação e propagação da memória, seja, ela pessoal ou pública acerca do fato.

Segundo Foucault:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos

que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1998, p. 09).

Assim, percebemos que os discursos atingem as esferas pessoais, sociais e políticos do seu tempo, influenciando a opinião da sociedade, estabelecendo marcas sobre o acontecimento histórico, pois a mesma é responsável pela criação, propagação e preservação da memória. Observando que no período militar, em função dos órgãos de controle, toda a produção discursiva era controlada, selecionada e redistribuída de acordo com os interesses dos militares e parte da camada civil.

A Folha de São Paulo, de 27 de março de 1965, apresentava a reportagem vinda de Brasília, a qual anunciava:

O gabinete do ministro da Guerra confirmou esta tarde a prisão do ex-coronel Jefferson Cardim, entre Capanema e Cascavel, no Paraná que, ao ser interrogado, “confessou que cumpria missão plenamente entrosada com o ex-deputado Leonel Brizola, e que o assalto a Três Passos, seria a senha para um movimento de âmbito geral”. Enquanto nota oficial daquele Ministério “lamenta o falecimento do 3º sargento Carlos Argemiro Camargo”, morto durante a captura do ex-coronel, corriam boatos em Brasília, segundo os quais se esperava em Goiás e Pernambuco a eclosão de movimentos de guerrilhas. Além do ex-coronel Jefferson Cardim, foram presos mais cinco componentes e seu grupo, e os demais 15 “abandonaram o armamento e a munição e, em trajes civis roubados de colonos daquela região, procuram fugir” (FOLHA DE SÃO PAULO, 27 de março de 1965).

O fragmento apresentado traz um texto mais imparcial sobre os elementos políticos e a prisão do grupo, a ligação dos mesmos com Brizola e o lamento pelo falecimento do sargento do exército. A reportagem é isenta de dados que coloquem os pesos em uma posição de “bandidos e/ou terroristas”. Diferentemente da primeira reportagem, que enfatiza que o grupo foi responsável pela morte do sargento, trazendo um discurso mais agressivo sobre os guerrilheiros. As narrativas do fato histórico trazido pelas reportagens têm em comum o fato de ambas testemunharem a vivacidade das lembranças individuais e do grupo.

A matéria do jornal Folha de São Paulo, reportagem vinda da cidade do Rio de Janeiro de 28 de março de 1965 noticia que:

General Mourão Filho, ex-comandante da 4.a Região Militar, classificou o grupo de guerrilheiros que assaltou cidades no Rio Grande do Sul de “*uns palhaços à cata de cartaz no noticiário sensacionalista dos jornais*”. Para o general Mourão Filho não existem condições na maior parte do território gaúcho para a prática deste tipo de ação militar. *Eles não têm nem condições políticas nem militares, e sem armas especialmente preparadas para esse tipo de guerra, sem qualquer motivação política, contentam-se em assaltar postos militares insignificantes e apreender armas obsoletas como o pesado*

fuzil de 1908 - Acrescentou o general. Ao concluir, o general Mourão esclareceu que para o irrompimento de uma guerra de guerrilha, além do mais, há necessidade de uma imensa rede de suprimento, a qual não é possível obter sem o apoio da população. “*Há, ainda, necessidade de um armamento especial e de munição igualmente diferente da convencional, pois o guerrilheiro deve sempre andar com coisa leve*” (FOLHA DE SÃO PAULO; 28 março de 1965).

Quando o General Mourão em sua citação afirma que seria muito difícil a formação de um grupo de guerrilha no Estado do Rio Grande do Sul, ele baseia-se no fato que os militares estavam mais bem aparelhados do que a guerrilha, com um número maior de armas e homens. Os militares também passavam por um treinamento mais intenso e específico. Somado ao alto grau de violência usada pelos militares, impondo medo na sociedade, acabou por gerar um processo de isolamento político da guerrilha, fator determinante para sua queda. No entanto, como pudemos perceber a guerrilha de Três Passos se apresenta como a precursora na luta contra o golpe civil militar da década de 1960.

A fonte citada também traz elementos importantes do discurso produzido e reproduzidos na época, o General em sua fala usa um tom mais forte, agressivo de ataque direto ao grupo, afirmando que os guerrilheiros não passavam de “*uns palhaços à cata de cartaz no noticiário sensacionalista dos jornais*”. Evidenciando que os guerrilheiros só estavam buscando “popularidade”, deslocando e retirando de cena o fator de luta do grupo, deixando de explanar o que o grupo pretendia com a ação.

Contudo, observamos que o noticiário citado apresenta em seu corpo vários fragmentos de memória, os quais sofreram com a ação do tempo, uma vez que, agora a notícia escrita não apresenta apenas um núcleo voltado apenas para o informativo, pois busca-se nela tornar visíveis os segredos aguardados da luta contra a ditadura militar, que no período do acontecimento ainda estava em vigência.

Para os ex-presos políticos essas reportagens são as lembranças do tempo em que passaram presos, foram torturados, humilhados e principalmente lutaram contra um governo ditatorial. Sendo assim, afirmamos “que as mudanças pelas quais passaram os indivíduos nas diferentes situações têm um significado particular, mas o registro delas se realiza num tempo que é comum a todos” (GATI PIETROCOLLA, 1996, p. 121).

É um momento onde os presos políticos e seus familiares podem expor o episódio histórico para a sociedade, não mantendo mais para si ou sua família, deixando de atuar no ímpeto particular para atuar no âmbito global. Deixando de ser uma

lembrança particular, solitária, atuando em conjunto com a memória coletiva, unido aos outros presos políticos, expondo uma nova perspectiva/visão acerca do acontecimento.

Uma vez que a exposição da memória pode ser vista como um acerto de contas pessoal e/ou social com o passado, evidenciando a memória do acontecimento aos envolvidos, nesse caso os sobreviventes da operação Três Passos. Como disse certa vez Walter Benjamin “um acontecimento vivido é finito, ou, pelo menos, encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (BENJAMIN, 1986, p.37). A citação traz a perspectiva da memória como o ato de guardar o testemunho das lembranças individuais ou coletivas, a fim de, que a mesma continue viva ao longo dos tempos, não caindo no esquecimento, com isso percebe-se que as narrativas empregadas nos fragmentos citados não se reportam somente a história dos presos políticos, trazendo uma ideologia consigo.

É após o estabelecimento dos Atos institucionais e da introdução da censura nas redações, parte dessa imprensa trabalharia para alterar as narrativas sobre si mesmas de maneira a ter um novo e mais bonito papel no regime militar” (SILVA, p. 11-12). Entretanto, é difícil afirmar que parte da imprensa que apoiou o golpe o fez por acreditar nele ou o fez por medo, já que os órgãos de repressão eram implacáveis com seus opositores.

Dentro do movimento de esquerda a prisão do grupo foi vista com surpresa gerando uma série de noticiários em várias cidades do estado do Rio Grande do Sul e em nível nacional. Como resultado dessa prisão no dia 27, Jefferson Cardim acabou sendo conduzido para Foz do Iguaçu, porém, quando ainda estavam em Medianeira o guerrilheiro foi agredido, sofrendo golpes, chutes em seu corpo, por ordem do capitão Dorival Suamiani (PALMAR, 2012, p. 294).

Cardim foi aprisionado, torturado diante de diversas tropas, por oficiais do Exército, aos gritos de “comunista” demonstrado em seu relato:

No dia 27 fui conduzido de jipe para Foz do Iguaçu. No caminho, em Medianeira, no destacamento onde serviu o sargento Carlos Argemiro de Camargo, fui retirado do jipe por ordem do capitão Dorival Sumiani. Fui jogado no chão e começaram a me dar pontapés, fazendo-me rolar uns 50 metros até o jardim, onde estavam os soldados. No chão, com o rosto ensanguentado, o capitão deu ordens para que me cuspissem no rosto: “*Escarrem na cara deste filho da puta, comunista, assassino!*”. Depois o capitão colocou o coturno sobre a minha cara e mandou que eu beijasse a terra, bradando: “*Beija a terra que traíste, comunista, assassino*”. Ainda pegou um garfo de campanha e ficou me espetando, desde os pés até o

pescoço. Todo esfolado, me fizeram rolar de volta até a viatura e continuamos a viagem (CNV, v. 01, p. 598-599).

A citação traz elementos importante sobre o pós prisão de Cardim, evidenciando que o ex-guerrilheiro passou por constantes torturas físicas e psicológicas, comum nos departamentos como DOPS, DOI-CODI¹⁰.

Ao prosseguir viagem, por volta de meia-noite, Cardim foi levado até o major Hugo Coelho, assessor do general Justino Alves Bastos. Segundo Cardim, *ele disse que eu ia ser fuzilado, me retiraram do carro e me fizeram andar aos pulos, algemado, por cerca de 100 metros*, chegando a fazer uma simulação do seu fuzilamento (CNV, v. 01, p. 599).

No dia 28 de março o comboio chegou a Foz do Iguaçu, o amarraram nas grades da cela do então 1º Batalhão de Fronteira (1º BFront) *com os braços erguidos e os pés suspensos, deixaram-no nessa posição durante toda a madrugada e de meia em meia hora o sargento Elísio apertava as cordas criando maiores agonias ao preso devido à falta de circulação sanguínea em suas mãos e nos pés. Quando o soltaram, às nove horas da manhã, ele foi engatinhando até o vaso imundo do sanitário, pegou daquela água, passou no rosto e bebeu um pouco dela* (PALMAR, 2012, p. 294)¹¹.

Jefferson e o grupo foram levados até o comandante do 1º Batalhão de Fronteiras, Tenente-coronel Auro Marques Curvo, que perante sua tropa e familiares dos militares que estavam reunidos no pátio, proferiu um discurso apontando para o grupo que assistia: *“Estes são comunistas, traidores da pátria que querem entregar o Brasil à Rússia”* (PALMAR, 2012, p. 294). Constatando-se que os militares se utilizaram da tortura psicológica e a humilhação pública a qual enunciava um discurso de ódio a fim de deslegitimar a ação do grupo. Colocando os guerrilheiros numa posição de traidor da pátria por não concordar com o Golpe de Estado, por se insubordinar contra o sistema empregado pelos militares.

Após o término da cerimônia, o grupo foi levado até a sala da 2ª Seção e espancado pelo capitão Rui Monteiro e pelo major Ari Moutinho (PALMAR, 2012, p. 294), todos os presos foram torturados, com maior ou menor intensidade, de acordo com o grau de importância dado pelos militares.

Pedro Bones contou que, logo que chegaram, foram pendurados por fios de náilon nas grades do presídio. O grupo apanhou muito. Presos juntos, seu Zebinho e o filho, Valdetar, sofreram tortura, um testemunhando o suplício do outro. O pai contou que apanhou tanto na sola dos pés que só conseguia ficar

¹⁰ Eram órgãos de repressão, que na época eram responsáveis pelas prisões e interrogatórios dos presos.

¹¹ A citação em itálico é grifo do autor, sendo assim manteve-se a formatação.

deitado no chão da cela, com as pernas para cima. Valdetar foi pendurado por fios de náilon, amarrados nos braços e nos dedos das mãos, em forma de torniquete, até que o sangue começasse a jorrar (CNV, V. 01. p. 600)

Nesse momento percebe-se que os métodos de tortura empregados ao grupo foi interpretada como estando dentro da lei pelos militares, Cardoso aponta que “a violência foi disfarçada sob uma” “capa jurídica” uma “mascara” um simulacro da lei” (CARDOSO, p. 475). Valdetar Dorneles em seu relato demonstra como as lembranças da tortura a qual passou ainda se fazem presente em sua memória.

Uma vez entrei às dez da noite [para sessão de interrogatório e tortura], e saí de lá seis da manhã. Eu tenho marcas aqui de burro [mostra o corpo marcado], me queimaram, eles me marcaram com uns espetões. Eu tenho marcas até hoje nas pernas, nos braços. Se vocês olharem aqui [mostra os dedos das mãos], tem todas as marcas de aliança. Isso foi fio de náilon, que eles passavam, amarravam. Os dedos, quando puxavam, ficavam pretos, completamente pretos. E eles interrogando: “*Conhece fulano?*”. Eu dizia: “*Não conheço*”, então eles puxavam aquele fio, cortava até o osso (CNV, v. 01, p. 600)

O relato de Valdetar Dorneles explorara a condição de impossibilidade de defesa vivida pelo torturado. Já que o ato de torturar não segue regras, colocando a vítima em posição de vulnerabilidade, seja ela legal, social ou psicológica.

Silvano Soares dos Santos, irmão mais velho de Alberi, após sessões de tortura, ficou abalado mentalmente, chegou a ser internado no hospital-colônia Aduino Botelho, em Pinhais, região metropolitana de Curitiba. Após ser solto, Silvano foi encontrado morto em sua casa, em Sede Nova (RS) (CNV, Volume 01. p. 600)

E essas marcas deixadas pelo fato histórico encontram-se presentes nos presos políticos, deixando marcas na memória individual, as quais são reproduzidas no cotidiano da vítima, bem como em seus corpos, visto que as cicatrizes dos ferimentos causados pelas torturas ainda não visíveis.

Com a prisão do grupo foi possível identificar os militares e civis que eram ligados a Brizola e que tiveram atuação no Sul do Brasil, em cidades, como Santa Maria, Cachoeira, Livramento, Cruz Alta, Alegrete, além de Porto Alegre (CNV, Relatório Volume 01 p. 599). Como consta na declaração de Alberi:

Brizola trabalha ativamente em Montevideu procurando organizar uma insurreição geral no Brasil. Emissários de Brizola vêm ao Brasil trazendo instruções a seus adeptos, organizando-os para a luta. A tomada de quartéis, com a participação de elementos ainda na ativa e apoio de militares expurgados e civis é a forma preconizada para a obtenção do armamento (CNV, volume 01. p. 599).

Embora muitos dos participantes da guerrilha de Três Passos afirmam que Brizola participou de forma ativa na formação do grupo, eu entendo que a sua participação pode ser vista como um ponto de discórdia. Uma vez que, os integrantes da guerrilha tinham vínculo com o ex-governador como é o caso de Jefferson Cardim e Valdetar Dorneles.

Porém, a dúvida que paira é por que o Brizola nega sua participação, se teria sido ele mesmo quem deu a ordem para a operação, o que fez com que Brizola mudasse de opinião? Se é que mudou mesmo? Jefferson Cardim, em uma entrevista concedida a Décio de Freitas, em março de 1980, na Assembleia Legislativa gaúcha, declarou que:

A “Operação Três Passos” previa a entrada de Brizola no Brasil, a fim de catalisar e de detonar as revoltas: “Acho que Brizola se acovardou, foi uma traição, porque em seu apartamento na Praça da Independência, em Montevidéu, selamos um pacto. Ele não cumpriu este compromisso, que era o de derramar o sangue pelo povo brasileiro” (DUMONT, 07 de janeiro de 2008)

No entanto, Brizola nunca assumiu publicamente o apoio à coluna guerrilheira, jamais comentou o fato mesmo em tempos de abertura política. (GASPARI, 2002, p. 195). Muitas pessoas próximas a Brizola, além dele, foram indiciadas no Inquérito Policial Militar (IPM) da Operação Três Passos, como Alberi Vieira dos Santos, Darcy Ribeiro, Ivo Magalhães, Neiva Moreira, Cibilib Vianna, João Cândido Maia Netto, Alfredo Ribeiro Daudt e Aldo Arantes (CNV, v. 01, p. 600).

Alberi Vieira dos Santos tinha sido o braço direito do coronel Jefferson Cardin de Alencar Osório na chamada Guerrilha de Três Passos, em março de 1965. Teria sido condenado pela Justiça Militar e cumprira pena de 8 anos. Cinco anos depois, ele próprio seria encontrado morto, em 10/01/1979, na região de Foz do Iguaçu, quando investigava a morte de seu irmão, José Soares dos Santos, ocorrida em janeiro de 1977. Outro dos irmãos de Alberi, Silvano, morreu em 1970, após ter cumprido pena pela participação no movimento de Jefferson Cardin. As condições de sua morte ainda não foram esclarecidas e o pedido de seus familiares à CEMDP terminou sendo indeferido (CPDOC, 2014)

Dentre todos os envolvidos com certeza o sargento Alberi Vieira dos Santos é o personagem mais controverso da guerrilha de Três Passos, foi preso com o grupo, mais após sua prisão passou a ser informante do CIE (Centro de Informações do Exército).

Em 1973 se infiltrou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e sob o comando do coronel Paulo Malhães, atraiu um grupo de militantes que estavam exilados em Buenos Aires, sob o comando de Onofre Pinto para uma armadilha no Parque Nacional do Iguaçu. Onde cinco pessoas foram

assassinadas a sangue frio. Enquanto Onofre Pinto foi assassinado na Casa da Morte de Foz do Iguaçu (DOCUMENTOS REVELADOS, 2015)

Alberi traiu o grupo, contudo não sabemos se ele se tornou colaboracionista da direita ou se foi persuadido, já que, o mesmo foi assassinado em uma emboscada, logo após jogar aos quatro ventos que iria “largar algumas verdades” sobre os militares e sobre a própria esquerda. Com isso constatamos que a guerrilha de Três Passos é um exemplo de luta contra o golpe..., mesmo sendo considerada por muitos como um pequeno foco, sem qualquer chance de vitória, foi alvo dos órgãos de repressão, com prisões, torturas e o exílio dos guerrilheiros.

E nesse contexto, repleto de histórias, dramas individuais ou familiares que a memória ganha sentido, pois é através dela que se revelam muitos dos aspectos obscuros da repressão (TANNO, 2005; PADRÓS, 2007; CATELA, 2001). E mesmo hoje depois de tanto tempo as marcas continuam presentes nesses homens, em seus familiares e na própria cidade que ficou marcada para sempre junto as suas histórias e memórias

Para (SÁ, 2005, p. 63-86) “as memórias sociais são construídas, reconstruídas e atualizadas” o tempo e responsável pelas transformações sobre a criação e manutenção da memória, mas isso não significa que essas lembranças não continuem presentes da vida das pessoas ela passa a ser vista e abordada maneiras diferentes. Visto que a condição social e política são determinantes para a sua criação e propagação. Pois a memória não pertence somente a um período histórico ou uma classe social, estando presente no cotidiano de todos, já que a ação de redigir uma matéria de jornal e um ato de criar ou guardar a memória do acontecimento.

Para Sá, as memórias comuns e pessoais “não são concebidas em contraposição às memórias coletivas, ou seja, como um processo estritamente individual, mas sim em sua operação em contextos sociais e sob a influência ou determinação destes” (SÁ, 2005, p. 74). Assim sendo, podemos considerar que os discursos surgem como uma tentativa de permanência da história, objetivando que a mesma não será esquecida. Pollak (1989) afirma que o silêncio pode não se igualar ao esquecimento, mas pode significar uma resistência ao excesso da memória oficial.

O silêncio pode ser quebrado tendo em primeiro lugar uma escuta, visto que o ocorrido está presente na vida de Três Passos e das pessoas que lá vivem. E partindo desse pressuposto, podemos concluir que “o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história” (FOUCAULT, 1986, p. 146). Nesse sentido, o estudo e

a análise dos discursos que são produzidos, propagados e criados pelos meios de imprensa escrita faz-se importante no campo histórico. Pois, ao problematizá-la poderemos compreender como e porque a memória se transforma ao longo do tempo, identificando as transformações ocorridas no campo político, social e cultural.

Sendo assim o próximo capítulo abordará a análise acerca das semelhanças e rupturas produzidas nos discursos da imprensa escrita, comparando os anos de 1960-1970 e 2012-2015, a fim de compreender quais são as rupturas discursivas.

4. DA PRISÃO AO JORNAL: OS DISCURSOS E SUAS PERSPECTIVAS

Neste capítulo faremos uma análise da escrita dos jornais *Correio do Povo* de 17/10/1965, *Folha de São Paulo*, 25/05/1968, *Diário do Paraná*, 28/03/1968, *ZH Caderno PROA* de 21/03/2015, *Revista online IHU* de 25/03/2015, *Revista IHU* de 25/03/2015 e a *Revista online UOL notícias* de 04/05/2015, comparando-os na intenção de compreender quais são as possíveis semelhanças e rupturas localizadas nas temporalidades de 1960-1970 e nos anos de 2012-2015. A fim de avaliar se os discursos utilizados pelos jornais era perpetuar a ideia que toda resistência ao governo militar era formada por “terroristas” e “bandidos”; se os discursos utilizados pela imprensa criaram uma memória coletiva acerca dos guerrilheiros; e se os discursos da imprensa na atualidade (2012-2015) são distintos dos discursos da imprensa na década de 1964 – 1970.

De tal modo a opção do uso de periódicos na pesquisa acadêmica é justificado, pois, o mesmo exerce grande influência no meio em que está inserido, porque carrega com si discursos do seu tempo histórico. Derocina Alves Campos Sosa (2007, p.11-12) aponta que “o estudo da imprensa necessita do reconhecimento do que está em torno dela, já que essa mesma imprensa está invariavelmente atrelada ao seu tempo histórico”. Influenciando a opinião das pessoas e estabelecendo marcas sobre o acontecimento histórico, considerando os impactos e influências que o meio social trouxe aos seus discursos. O jornal quando utilizado como fonte de pesquisa, deve ser analisado criticamente, destacando as informações que o mesmo apresenta, dado que os discursos contidos em seus noticiários atingem as esferas pessoais, sociais e políticas do seu tempo. E ao analisarmos os discursos percebemos o quanto o mesmo se relaciona com o tempo histórico como aponta Gregolin.

Ao analisarmos o discurso, estaremos inevitavelmente diante da questão de como ele se relaciona com a situação que o criou. A análise vai procurar colocar em relação ao campo da língua (suscetível de ser estudada pela Linguística) e o campo da sociedade apreendida pela história e pela ideologia (GREGOLIN, 1995, p.17).

Percebemos que o tempo histórico se apresenta com a intensão de localizar à época ou momento histórico em que a ação/acontecimento se desenvolve. Correlacionando-o com a “situação que o criou” resultando no método e/ou elaboração do discurso utilizado pelo escritor. Pois os discursos presentes nos noticiários se

apresentam com o objetivo de estabelecer a duração das ações, demarcando a cronologia dos acontecimentos em um período de tempo. Segundo Michel Foucault (1987, p.135) “um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo”. E nesse sentido o enunciado e a formação discursiva têm a finalidade de fazer reflexões a respeito do acontecimento histórico.

No entanto, é necessário lembrar que os discursos estão presentes em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades, carregando consigo ideologias, segundo Maria do Rosario Valencise Gregolin “ideologia é um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade, como existem várias classes, várias ideologias estão permanentemente em confronto na sociedade” (GREGOLIN, 1995 p. 17).

Os discursos, então, são caracterizados por uma ideologia, a qual é marcado pelas relações de poder existentes na sociedade e no tempo histórico, independente da época. Nessa perspectiva, percebemos que os meios de imprensa se utilizaram de conjuntos ideológicos em relação ao que foi produzido e divulgado sobre o movimento de resistência de Três Passos. Já que a reprodução desse sistema de ideias é assegurada pelos "aparelhos ideológicos" sejam eles políticos ou sociais é segundo Pêcheux “os valores ideológicos de uma formação social estão representados no discurso por uma série de formações imaginárias, que designam o lugar que o destinador e o destinatário se atribuem mutuamente” (PÊCHEUX, 1990, p.18).

É a partir dessas reflexões que analisarei no próximo subtítulo o discurso produzido pela imprensa na década de 1960-1970, buscando verificar quais foram os conjuntos ideológicos apresentados por meio das narrativas discursivas nos meios de imprensa estudados.

4.1 O DISCURSO E A IMPRENSA NA DÉCADA DE 1960-1970:

Quando analisamos os fatores envolvendo o grupo de guerrilha de Três Passos – RS percebemos que a reprodução dos discursos que foram produzidos com a prisão do grupo diverge, como foi mencionado no capítulo dois a prisão do grupo de guerrilha foi pega de surpresa pelos movimentos de resistência e pela sociedade, ocasionando uma

série de noticiários em várias cidades do estado do Rio Grande do Sul e em nível nacional sobre a prisão e o andamento do processo. O Jornal Correio do povo de 17/10/1965, na reportagem intitulada como “Rebeldes do Alto Uruguai em julgamento no Paraná”, noticia:

Sob a presidência do General Henrique Carlos de Assumpção Cardoso o conselho especial de auditoria Militar da 5.a Região Militar iniciou o julgamento do grupo de assaltantes e de políticos asilados acusados de participação no movimento armado que foi desbaratado no Sudoeste do Paraná no final do mês de março. Por maioria de votos foram decretadas prisões preventivas contra 21 réus revéis, destacando-se entre eles, os srs. Leonel Brizola, Amaury Silva, Darci Ribeiro, todos exilados asilados no Uruguai (Correio do Povo, 17/10/1965)

O enunciado da reportagem dá ênfase para a fase processual trazendo informações como o motivo da prisão e o número de réus envolvidos no caso, dando destaque para alguns nomes mais conhecidos como Brizola, Darci Ribeiro e Amaury Silva. No entanto, o noticiário posiciona os presos políticos, contrários ao governo em uma condição de assaltantes, sugerindo que os mesmos assaltaram e lutaram contra os militares sem qualquer proposito ou ideal, desclassificando as convicções políticas dos presos, produzindo uma nova narrativa do fato. Nesta perspectiva, constatamos que o jornal Correio do povo se utiliza de narrativas discursivas com o intuito de atrair o público, pois segundo Capelato “a meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja, ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos” (CAPELATO, 1988, p.15). Nessa lógica, o jornal busca influenciar a sociedade contra os movimentos de resistência existentes no período ditatorial, colocando em evidencia a causa política, que era combater qualquer tipo de ameaça comunista.

Aspecto revelado na passagem da reportagem quando ela diz que o grupo foi sentenciado pela maioria dos votos, situação condizente com a conjuntura social e política da época. Devido ao fato que os opositores ao golpe eram perseguidos, presos, torturados e condenados, perspectiva que se mantém, visto que o noticiário destaca a condenação do grupo, expondo as relações de poder, pois o enunciado se utiliza do grupo de guerrilha, colocando-os como exemplo para a sociedade civil, ou quem se opusesse ao governo. Dado que os discursos produzidos pelos meios de imprensa não se limitam apenas a um conjunto de vocabulários ou narrativas isoladas de um contexto ideológico, expressando os poderes políticos dos grupos dominantes na sociedade.

Ponto de vista que demonstram que os jornais, por meio dos seus discursos, “produzem estratégias e práticas tendentes a impor autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas” (CARVALHO, 2005, p. 149), visto que ele é um fruto da sociedade de seu tempo, segundo as suas próprias relações de poder existentes na época. Como podemos ver no *Jornal Estado de São Paulo* do dia 25/05/1968 que traz o noticiário intitulado como “concedido livramento condicional” das sucursais de Curitiba e do Rio.

O conselho penitenciário do Paraná, reunido ontem, concedeu cinco pedidos de livramento condicional, um dos quais formulados por Valdetar Dorneles, que cumpre pena imposta pela Auditoria Militar da 5ª região, quando do julgamento dos guerrilheiros do coronel Jeferson Cardim Osorio. Valdetar Dorneles é o terceiro condenado pela Justiça Militar naquele processo a receber livramento condicional, dependendo agora sua liberdade do Juiz auditor da 5ª RM, a quem cabe a expedição de soltura. Dorneles que é professor, foi condenado a pena de quatro anos de reclusão (Folha de São Paulo, 25/05/1968).

A folha de São Paulo apresenta a sua reportagem de forma diferente do noticiário do *Correio do Povo*, visto que sua narrativa discursiva não traz um discurso de acusação, colocando os ex-presos políticos numa posição de bandido. A reportagem traz elementos importantes acerca do grupo, como o fato que o senhor Valdetar foi condenado por fazer parte do grupo de guerrilha comandado pelo ex-coronel Jeferson Cardim trazendo informações pessoais sobre Dorneles, informando que o mesmo era professor, que foi condenado a quatro anos de prisão.

Perspectiva que se mantém na reportagem do *diário do Paraná*, de 28/03/1968, intitulada como “Guerrilheiro e solto após três anos de prisão” destacando que o ex-presos político Euzébio Teixeira Dorneles foi solto após cumprir sua pena, como vemos na citação:

Após cumprir pena de três anos de reclusão, na prisão Provisória de Curitiba, a que foi condenado por atentar contra a segurança nacional, foi posto em liberdade, na manhã de ontem, Euzébio Teixeira Dorneles, um dos participantes do grupo de guerrilha chefiado pelo coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório. Todos foram condenados por uma corte de Justiça do Exército, na auditoria da 5ª Região militar. Euzébio T. Dorneles, que foi recolhido à prisão provisória de Curitiba a 14 de outubro de 1965, juntamente com seu filho Waltetar Antonio Dorneles, que cumpre pena de 4 anos de reclusão – e que por isto viu o pai sair, pois ficará mais um ano – teve sua liberdade determinada pelo juiz auditor Celio Lobão Ferreira. Foi condenado por aresto do superior tribunal militar, como em curso no artigo 2.0, inciso IV, da lei de segurança nacional, por desclassificação (1ª página do 2º Caderno, *Diário do Paraná*, 28/03/1968).

O noticiário citado assim como a Folha de São Paulo enfatiza que Euzébio Dorneles e seu filho Waldetar Dorneles¹² faziam parte do grupo de guerrilha chefiado por Jefferson Cardim, no entanto, salienta que ambos foram condenados por infringirem a lei de segurança nacional. Posto que os discursos criados e propagados pelos meios de imprensa objetivam a mobilização das forças políticas e ideológicas dos grupos que eram dominantes na sociedade na década de 1960, compostos por militares, políticos e parte da sociedade civil.

Conforme Capelato:

A imprensa impôs-se como uma força política. Os governos e os poderosos, por isso, sempre a utilizam e temem; ora adulando, ora vigiando, controlando e punindo. Pois, os impressos têm a função de “despertar as consciências’ e ‘modelá-las’ conforme seus valores e interesses, procurando indicar uma direção ao comportamento político do público leitor” (CAPELATO, 1980, p. 23).

Ou seja, o noticiário transporta uma narrativa discursiva munida de ideologias do seu tempo histórico, dado que as relações de poder se fazem presentes em vários âmbitos, como nas esferas sociais, culturais. É as relações de poder tem o objetivo de expor sua autoridade perante a sociedade, não ficando isoladas somente na criação e/ou efetivação das leis, pois ela atua em conjunto a imprensa, independente da sua temporalidade.

Ao analisarmos o significado da palavra poder na esfera social, seja no âmbito individual ou nas instituições, observaremos que o “poder é a capacidade de mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas para obter certo resultado” (Blackburn, 1997, p. 301). Deste modo, as relações de poder existentes em nossa sociedade se constituem e se apresentam de formas distintas, ou seja, “as relações de poder podem se instituir, ora pelos discursos a que lhe é obrigada a produzir, ora pelos movimentos dos quais se tornam vitimados pela própria organização que a acomete e, por vezes, sem a devida consciência e reflexão” (FERREIRINHA, RAITZ, 2010, p.370).

Nessa perspectiva, o papel exercido por parte da imprensa na década de 1960-1970, foi ressaltar o poder político e constitucional que os militares tinham na época, criando um sistema ideológico para a população, glorificando e exaltando o governo militar. Uma vez que independente do tempo histórico o acesso à informação sempre foi um elemento decisivo para a propagação e efetivação das relações de poder existentes

¹² O nome de Waldetar Antônio Dorneles aparece de forma distinta das outras reportagens abordadas, contudo, trata-se da mesma pessoa, independente da forma escrita.

na sociedade, dado que o dever contemporâneo das diversas mídias é o de levar informação à população.

Nesse sentido, segundo (CAPELATO, 1988) deve-se considerar que a construção do acontecimento jornalístico não interfere apenas nos elementos particulares de quem os produziu, mas também nos interesses aos quais os jornais estão vinculados, pois é comum que a imprensa expresse apenas o ponto de vista do dominante, criando e difundindo uma ideologia tendenciosa em nossa sociedade. Dado que a ideologia compreende um conjunto de ideias e valores que influenciam e/ou determinam o modo como a sociedade pensa e age. Com a finalidade de produzir e propagar conceitos, criando "verdades", que na maioria das vezes são determinadas pela classe dominante, e no período ditatorial essa classe dominante é composta por um pequeno grupo da sociedade civil e os militares. Que se utilizavam dos meios de imprensa para repassar essas verdades de acordo com o seu interesse, com a finalidade de ocasionar um processo de conformismo nas pessoas, para que assim não houvesse resistência a situação política e social vigente no tempo histórico a qual a sociedade está inserida.

Dado que os meios de comunicação são os instrumentos mais importantes de manipulação na sociedade, seja para facilitar ou impedir que tenha algum tipo de mudança social. Pois os acontecimentos históricos podem ser facilmente adaptados e manipulados de acordo com os interesses da classe dominante. Já que a mídia pode tanto distorcer como silenciar-se diante de determinados assuntos. O que fica claro nas reportagens abordadas, já que elas apresentam apenas um lado da história, reelaborando uma “veracidade ” sobre os grupos armados, expondo apenas o que interessava aos militares, que na época detinham o poder político. E no caso do Brasil os meios de comunicação existentes em nossa sociedade pertencem a um pequeno grupo que prestaram ou foram aliados do governo durante o regime militar como o A Folha de São Paulo, O globo, O Estadão (NOGUEIRA, PAULO. *A imprensa e o golpe de 64*, Diário do centro do mundo, 30/03/2014).

Com isso é possível identificar que o objetivo dos discursos utilizados pelos jornais no período de 1960-1970 era a de eternizar a ideia que toda resistência ao governo militar foi constituída por “terroristas” e “bandidos”, contexto distinto da análise feita nos noticiários dos anos de 2012-2015 como podemos ver no próximo subtítulo.

4.2 A IMPRENSA ESCRITA E O DISCURSO ENTRE OS ANOS DE 2012-2015:

Nesse capítulo analisaremos as transformações dos discursos tendo como foco os anos de 2012-2015, devido às transformações políticas e sócias. Contexto que está fortemente ligada a produção discursiva da imprensa sobre a formação e prisão do grupo de guerrilha de Três Passos – RS, que passou por mudanças ao longo das décadas. Como vemos na citação do *jornal online ZH Caderno PROA* de 21/03/2015 intitulado como “A primeira reação armada à ditadura militar completa 50 anos, movimento 26 de março marcou o início da tortura de presos no Brasil”.

Foi grande a repercussão por ser o primeiro movimento armado. Durante os meses seguintes, militantes que se opunham à ditadura lançaram a sigla MR-26 (Movimento Revolucionário 26 de março), em homenagem à coluna. (...) "Cardim foi humilhado diante de tropas, torturado e exposto ao público, para que a violência de sua punição servisse de exemplo (ZH Caderno PROA de 21/03/2015).

A citação do *jornal online ZH Caderno PROA* traz uma narrativa discursiva distinta das reportagens da década de 1960-1970, já que a mesma expõe claramente que Cardim foi exposto a vários tipos de violência. É também não coloca o grupo em uma posição de bandido ou terroristas, destacando que os mesmos eram militantes é que lutavam contra o governo ditatorial. Dinâmica oposta aos discursos produzidos na década de 1960-1970 que visavam ocultar os tipos de violências que foram cometidas pelos órgãos de repressão como o DOPI's e/ou DOI-CODI. Seguindo a reportagem do *ZH Caderno PROA* de 21/03/2015, que anuncia:

O coronel Jefferson Cardim (1912-1995) era um carioca que esteve entre os primeiros oficiais de esquerda cassados pelo regime militar assim que se instaurou, em 1964. No exílio, matutava como reagir e tomar o poder. Nacionalista e brizolista, com 53 anos quando estourou o MR-26, chegou a passar por treinamento de guerrilha na Cuba de Fidel Castro. Conhecido também como Guerrilha de Três Passos, o MR-26 é a mãe de todas as batalhas contra o regime militar (1964-85), promovido por três militares cassados e 20 agricultores. Com apoio do ex-governador Leonel Brizola, exilado no Uruguai, eclodiu quando faltava menos de uma semana para o aniversário de um ano do golpe. Foram tomados o quartel da Brigada Militar e o presídio de Três Passos. Da Rádio Difusora, invadida, transmitiram um manifesto à nação. [...] muitos dizem que a repressão brasileira recrudescer depois do Ato Institucional número 5 (o AI-5), em 1968. Mas o episódio do MR-26 marcou o fim de alguns escrúpulos que ainda restavam no regime de exceção. Estudiosos sustentam que terminou ali a imunidade de oficiais à

tortura, regra respeitada em sublevações anteriores. Desencadearam-se, então, perseguições e torturas como ainda não houvera. O golpe se impôs com tranquilidade, poucos resistiram. A Guerrilha de Três Passos assustou os militares. Ficou feio. Antes, havia prisões arbitrárias, mas não tortura – diz o presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), Jair Krischke (ZH Caderno PROA de 21/03/2015).

A citação traz uma narrativa histórica sobre o nascimento da guerrilha e seu fundador Jefferson Cardim, apresentando as etapas seguidas pelo grupo até o momento da sua queda. Metodologia parecida ao da reportagem de Léo Gerchmann, publicada pelo jornal Zero Hora, em 21-03-2015, disponível na *Revista online IHU* de 25/03/2015 intitulada como “Guerrilha de Três Passos completa 50 anos”.

Conhecido também como Guerrilha de Três Passos, o MR-26 é a mãe de todas as batalhas contra o regime militar (1964-85), promovido por três militares cassados e 20 agricultores. Com apoio do ex-governador Leonel Brizola, exilado no Uruguai, eclodiu quando faltava menos de uma semana para o aniversário de um ano do golpe. Foram tomados o quartel da Brigada Militar e o presídio de Três Passos. Da Rádio Difusora, invadida, transmitiram um manifesto à nação. Da cidade gaúcha, Cardim, que saíra também do exílio uruguaio, passou com seu grupo por Tenente Portela e foi escalando o Brasil rumo ao Paraná. Em 26 de março, o presidente Castelo Branco chegara a Foz do Iguaçu para inaugurar a Ponte da Amizade, que une Brasil e Paraguai sobre o Rio Paraná. Estava a cem quilômetros dos guerrilheiros. O perigo era iminente para o ditador, justo no momento em que cortaria a fita de uma das obras mais simbólicas da união entre o Brasil e o Paraguai sob comando do general Alfredo Stroessner. Aviões partiram para a região. Próximo a Capanema, já no Paraná, o grupo foi localizado por um avião da Força Aérea Brasileira. Em Capitão Leônidas Marques, houve tiroteio entre militares e guerrilheiros, que foram capturados aos poucos, em 27 e 28 de março. Muitos dizem que a repressão brasileira recrudescer depois do Ato Institucional número 5 (o AI-5), em 1968. Mas o episódio do MR-26 marcou o fim de alguns escrúpulos que ainda restavam no regime de exceção. Estudiosos sustentam que terminou ali a imunidade de oficiais à tortura, regra respeitada em sublevações anteriores. Desencadearam-se, então, perseguições e torturas como ainda não houvera (Revista online IHU de 25/03/2015).

Assim como a reportagem do *ZH Caderno PROA*, ela traz uma visão histórica sobre a formação e queda do movimento de resistência, outra similaridade está no fato que ela não minimiza o golpe de Estado realizado pelos militares e por uma parcela da população civil apontando que o episódio se estabeleceu com tranquilidade, havendo pouca resistência em nosso país. O discurso exposto no noticiário relata que os órgãos de repressão cometeram crimes como a tortura, responsabilizando os militares pelas torturas sofridas pelos guerrilheiros.

A notícia da *Revista IHU* de 25/03/2015 traz uma entrevista com o ex-guerrilheiro Valdetar Dornelles, destacando alguns elementos sobre o andamento e

execução do movimento armado de Três Passos - RS, as convicções de luta do grupo, a ação que resultou na prisão e as torturas que ele e seus companheiros sofreram. Em um desses fragmentos o senhor Valdetar Dornelles descreve como foi a sua prisão

Fiquei quatro anos preso. Cheguei a estar num paredão para ser fuzilado, mas a arma falhou. Tive enforcamento, choque, pau de tudo que foi jeito, fui queimado, nas pernas, no pescoço, nos braços. Tenho as marcas que vão ficar no meu corpo até eu morrer (Revista IHU de 25/03/2015).

A citação traz uma narrativa apresentando uma versão diferenciada das reportagens da década de 1960-1970 sobre o acontecimento histórico, exibindo algumas das técnicas utilizadas pelos militares durante a prisão e o interrogatório dos presos políticos, descrevendo com detalhes a prática de espancamento e tortura ao qual Valdetar Dorneles foi submetido no tempo que ficou preso. Assim, é possível destacar que as reportagens mais atuais apresentam o fato histórico de forma mais clara, expondo as torturas cometidas na década do regime militar. No entanto, a notícia não deixa de apontar os delitos cometidos pelos guerrilheiros, porém não os coloca numa posição de criminosos e/ou terroristas como as reportagens da década de 1960-1970.

Método similar ao noticiário da *Revista online UOL notícias* de 04/05/2015, intitulada “Guerrilha de Três Passos: a guerrilha maldita”, trazendo uma ampla pesquisa sobre a história do movimento armado, abordando o contexto sócio político da década de 1960 e o processo de instauração e queda do grupo. A notícia tem como fonte o diário pessoal do ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, escrito enquanto estava no exílio. A matéria inicia com uma crítica a falta de visibilidade e reconhecimento sofrido pelo movimento de resistência, como vemos na citação:

Às vésperas do primeiro aniversário do golpe militar de 1964, uma coluna de 23 homens desafiou o regime percorrendo três Estados no Sul do Brasil. Renegada pela história, a Guerrilha de Três Passos completa 50 anos sem o reconhecimento como primeiro movimento armado para restaurar a democracia no País (Revista online UOL notícias de 04/05/2015).

Nesse fragmento observamos que o discurso utilizado pelo meio de imprensa carrega um posicionamento favorável aos guerrilheiros, assinalando para o fato de o grupo não ter sido reconhecido até hoje como o primeiro grupo armado que lutou contra a ditadura militar. A publicação apresenta informações como a motivação de escolha da cidade de Três Passos – RS, o combate que resultou na morte de um oficial militar e na prisão do grupo baseado no ponto de vista do ex-coronel Jefferson Cardim, dado que reportagem usa o seu diário pessoal como fonte principal.

O documento, que integra um conjunto de relatos pessoais de Jefferson sobre sua participação no combate à ditadura no Brasil, relata em 41 páginas toda a Guerrilha de Três Passos, da partida do pequeno grupo desde Rivera (Uruguai) na manhã de 19 de março de 1965 até a capitulação, nove dias depois, na cidade paranaense de Leônidas Marques. O único combate travado entre a coluna e as tropas do Exército deslocadas para conter o levante, ocorrido na cidade paranaense na manhã do dia 27 de março, resultou na morte do sargento do Exército Carlos Argemiro de Camargo - a autoria dos disparos até hoje continua incerta. O noroeste gaúcho foi escolhido para iniciar a insurreição porque o PTB tinha uma grande base de apoio na região, onde proliferavam os Grupos de Onze - organizações cívicas organizadas a partir de 1963 pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Além disso, nos destacamentos militares e quartéis da Brigada Militar havia oficiais nacionalistas apenas à espera de um comando para se sublevarem contra os golpistas (Revista online UOL notícias de 04/05/2015).

Embora o noticiário descreva que um oficial militar foi morto durante um conflito, ela também não coloca os ex-guerrilheiros em uma posição de criminosos, utilizando de um enunciado mais compassível com o acontecimento histórico, explorando o contexto social da década de 1960, mencionando as torturas que os presos sofreram, conforme anunciado:

No caminho para Foz do Iguaçu, as primeiras humilhações: "Dois tenentes da companhia fizeram-me rolar como um barril, aplicando-me pontapés em todo o corpo aos gritos de filho da puta, assassino". Espetado "dos pés à cabeça" por um garfo pelo próprio capitão Dorival Sumiani, Osório foi exposto à tropa para que "os oito ou dez soldados que se achavam presentes escarrassem sobre mim aos gritos de filho da puta, comunista, assassino". Também foi obrigado, pelo coturno do capitão, a "beijar a terra que traíste". Em 48 horas, todo o grupo foi preso e levado ao Batalhão de Fronteira, em Foz do Iguaçu (Revista online UOL notícias de 04/05/2015).

A citação assinala para o uso da tortura física e psicológica contra os integrantes da guerrilha de Três Passos, visto que há a época esses métodos foram institucionalizados pelo regime militar, no entanto a classificação de tortura é tudo que possa ferir outra pessoa, deixando marcas e psicológicas como aponta Arns:

Tortura é tudo aquilo que deliberadamente uma pessoa possa fazer a outra, produzindo dor, pânico, desgaste moral ou desequilíbrio psíquico, provocando lesão, contusão, funcionamento anormal do corpo ou das faculdades mentais, bem como prejuízo à moral. (ARNs, 1985, p. 282)

E nesse sentido é nítido que a tortura, seja física ou psicológica, marcou a vida dos presos políticos, deixando marcas que não se apagarão, e as citações das reportagens envolvendo os anos de 2012-2015 expõem esse fato. Especialmente nos noticiários da *Revista Online UOL notícias de 04/05/2015* que traz vários fragmentos

dos momentos de terror vividos pelos guerrilheiros após a prisão. No entanto, esse procedimento fica mais claro quando analisamos o processo de semelhança e rupturas produzidos pela imprensa nas décadas de 1960-1970 e 2012-2015.

4.3 AS SEMELHANÇAS E RUPTURAS DOS DISCURSOS

Se partirmos do pressuposto que a imprensa é um dos agentes de instrumento ideológico de maior repercussão em uma sociedade, pois o mesmo tem amplo acesso e divulgação em nosso país, podemos supor que ele foi uma das ferramentas mais eficientes no período que antecede o Golpe de Estado na década de 1964 assim como a preparação e instalação da ditadura militar. Atuando na criação e execução do clima de desestabilização, a qual foi indispensável para que houvesse a intervenção Militar, distorcendo e recriando a imagem das políticas propostas do governo.

A imprensa foi um instrumento ideológico na preparação do golpe e da instalação das ditaduras militares. No Brasil, convocava as Marchas com a Família, com Deus, pela Liberdade, distorcia as políticas do governo, pregava abertamente o golpe militar nos seus editoriais, apelava ao fantasma do “comunismo”, servindo os ideias da Doutrina de Segurança Nacional na guerra fria (SADER, Emir. *A imprensa brasileira e o golpe de 1964*, Carta Maior, 10/01/2014).

Propagando claramente o seu apoio ao golpe militar em seus editoriais, induzindo a população a acreditar que o país sofria com um fantasma “comunista”, o qual serviu como justificativa para a efetivação da ditadura civil-militar, formada por parte da sociedade civil pertencente a elite brasileira e militares para a execução da Doutrina de Segurança Nacional. Conjuntura que foi amplamente acompanhada pelos meios de imprensa, e ao utilizarmos dos noticiários sobre a da prisão do grupo de guerrilha compreenderemos que os meios de imprensa como *o Correio do Povo* de 17/10/1965, *Folha de São Paulo* de 25/05/1968 e *o Diário do Paraná* de 28/03/1968 em seus enunciados apoiam a repressão importa pela lei de segurança nacional, inclusive à citam como justificativa da prisão do grupo. Dado que os noticiários organizam sua estrutura verbal de tal maneira que colocam o golpe de estado em um estágio de salvação do comunismo, destituindo os militares de qualquer responsabilidade, camuflando os métodos de torturas usados pelos órgãos de repressão contra seus opositores.

E nesse sentido é possível afirmar que se não houvesse a participação e o apoio por parte da imprensa, o golpe e a ditadura militar talvez não tivessem conseguido se manter no poder por tantos anos em um dos momentos mais traumáticos da história política brasileira, ocultando, criando e recriando uma narrativa. Dado que ao analisarmos os enunciados da década de 1960-1970 percebemos que há a criação de discursos que são favoráveis ao golpe de estado, já que a imprensa recria e reproduz a imagem dos presos envolvidos na guerrilha de Três Passos- RS afirmando que os mesmos infringiram leis, assaltaram e mataram um militar em conflito no estado do Paraná, mas em nenhum momento eles fazem menção as torturas, perseguições e mortes que aconteciam a quem combatia a ditadura.

Criou-se, como analisamos, uma verdade sobre o acontecimento histórico, visando o objetivo de definir os sujeitos na história, forjando uma representação sobre quem era o vilão e quem era o herói no período de 1960-1970. E nesse sentido, percebemos que o discurso tem a finalidade de definir os sujeitos, adaptando-os e dispondo-os sobre quem ele é e o que ele foi capaz de fazer em determinado momento ou situação. E quando falamos sobre o grupo de guerrilha vemos que é justamente isso que o discurso de imprensa faz, pois os coloca sempre na posição de errados, não dando qualquer chance para a defesa dos mesmos, criando uma memória pejorativa sobre eles e sobre os seus ideais de luta. Ou seja, a finalidade do discurso é organizar e formar categorias de conhecimentos, os quais vão produzir/reproduzir as relações de poder e conhecimento vigentes no contexto histórico ao qual o mesmo está inserido, pois tanto os discursos quanto as suas relações de poder mudam de acordo com tempo histórico.

E isso fica evidente quando analisamos recortes temporais, pois percebemos que na década de 1960-1970 os discursos utilizados pelos meios de imprensa tinham o objetivo de criar/recriar uma história sobre o grupo de guerrilha, ressaltando que os mesmos não passavam de bandidos, terroristas, ocultando e camuflando os crimes que também foram cometidos pelos militares e pelos órgãos de repressão. Destacando assim as relações de poder vigentes no período, pois os meios de imprensa publicavam o que ia de acordo com a ideologia militar.

Diferente dos noticiários dos anos de 2012-2015 que trazem um discurso mais flexível, criando um discurso favorável aos guerrilheiros, destacando que os órgãos de repressão foram responsáveis por torturar, humilhar e matar os opositores ao regime militar. Contudo, percebe-se que os discursos produzidos pela imprensa contemporânea

vão de acordo com os valores/opiniões ideológicos que estão mais voltadas para as questões sociais de nossa sociedade.

Contudo, segundo SOSA ao analisar um enunciado jornalístico o historiador deve procurar capturar os elementos que são de interesse do jornal, pois a “análise do seu discurso é imprescindível, pois o jornalismo, ao selecionar e transmitir a notícia procede a uma manipulação do conhecimento apreendido pelo público leitor” (SOSA, 2007, p.16). E nesse sentido percebemos que os enunciados jornalísticos criam ações com o intuito de firmar ou criar uma memória sobre um determinado grupo ou partidos políticos. De acordo com Capelato, “nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundo representativos de vários setores da sociedade (CAPELATO, 1988, p. 34). Criando ou recriando, ocultando ou demonstrando o acontecimento de acordo com o seu próprio interesse ou ideologia, e segundo Foucault “o discurso é uma representação culturalmente construída pela realidade, não uma cópia exata” (FOUCAULT, p. 53-72), ou seja, os discursos produzidos criam/recriam uma representação cultural sobre o evento histórico, passando a ser visto/compreendido pela sociedade como uma realidade. Posto que o campo das representações se constitui no modo de sentir, pensar e agir na sociedade, seja no âmbito individual ou coletivo.

Conforme Francismar Carvalho, “as representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam” (CARVALHO, 2005, p.49). Ou seja, os discursos e suas representações não são neutros, pois estão ligados a um determinado tipo de interesse, seja político ou social, servindo como “matrizes geradoras de condutas e práticas sociais” (PESAVENTO, 2005, p. 40). Fazendo-se necessário analisar o contexto ao qual o jornal está inserido, pois todo discurso produzido não é neutro, passando por interferência sociais e políticas de acordo com o meio inserido, é nesse sentido é de fundamental importância “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16). Ou seja, compreendesse que os enunciados divergem em função do contexto social e político a qual pertencem, pois, a década de 1960-1970 e marcado pela ditadura, a qual censurava, perseguia e torturava quem se posicionasse contra ela, e parte da imprensa compactuou com esse contexto, eximindo e ocultando informações ou expondo alguns dos opositores ao governo, criando uma imagem de bandidos e terroristas, como é o caso dos guerrilheiros de Três Passos – RS. Diferente

dos anos de 2012-2015, onde, também devido ao distanciamento histórico, proliferam-se pesquisas sobre o período da ditadura militar, bem como, cabe ressaltar, a luta da sociedade civil pela abertura dos documentos, a busca por informações sobre os desaparecidos políticos, a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que luta para esclarecer o que houve com os desaparecidos, buscando expor e demonstrar os crimes que foram cometidos no período.

Ou seja, é possível notar que os discursos utilizados pela imprensa mudam de acordo com o tempo histórico, dado que o desenvolvimento de uma sociedade é acompanhado pela mídia (jornais, Televisão). E nesse sentido o período de 2012-2015 marcado pela influência e representação dos movimentos populares, e os meios de imprensa acompanham essa influência na criação e divulgação dos discursos que são produzidos, uma vez que na contemporaneidade os grupos de guerrilha não são colocados numa posição de vilão, como na década de 1960-1970. Contudo, cabe ressaltar que os períodos analisados têm plano e políticas diferentes, pois como citado no início do texto, a década de 196-1970 tem um contexto marcado por uma ditadura, onde tudo que era produzido na época passava por um comitê de censura, enquanto os anos de 2012-2015 são marcados por um governo eleito de forma democrática, tido como esquerda, o qual priorizava uma política voltada para o âmbito social.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia teve um ganho importante quando passou a utilizar os jornais como fonte criando um extenso leque de fontes de pesquisa, após da década de 1970, a imprensa “passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época” (CAPELATO, 1988, p.24). A possibilidade de analisar as representação e discursos motivou os historiadores a olhar para estes documentos. Contudo, o jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível, ele é permeado pela subjetividade (CAPELATO, 1988). Dado que suas representações e discursos não motivados de acordo com o interesse político e/ou social do período ao qual fazem parte.

Nesse sentido, deve-se ainda considerar que a construção do fato jornalístico interfere não apenas em elementos subjetivos de quem os produzem, mas também dos interesses aos quais os jornais estão vinculados (CAPELATO, 1988). Analisando o período do golpe civil-militar em 1964 percebemos que ele é um fruto de um processo de desestabilização política e social. Como analisamos, parte dos meios de imprensa escrita, atuaram como uma engrenagem indispensável na campanha contra o governo de Jango, levantando falsas acusações, maquiando e forjando informações, difundindo um clima de terror entre a população.

Assim, podemos afirmar que a imprensa foi um dos principais instrumentos ideológico na preparação e instalação do golpe de estado, uma vez que a imprensa declarou abertamente o seu apoio a intervenção militar. Ou seja, a imprensa atuou como porta voz dos projetos militares, ajudando no período pré e pós golpe de estado, dado que sem a sua participação o golpe civil-militar não teria conseguido se impor e/ou se manter no poder por tanto tempo.

Já que os discursos jornalísticos, são responsáveis por mobilizar a sociedade, influenciando o modo dela ver, sentir ou se posicionar sobre o acontecimento, pois tudo que lemos, ouvimos e assistimos são carregados de discursos e ideologias, pode-se dizer que é por meio do discurso que os indivíduos se conhecem e/ou se reconhecem diante da sociedade. E os discursos que são criados pelos meios de imprensa não escapam dessa percepção, pois a principal função do jornal é permitir que seus leitores conheçam os fatos ocorridos, para poder assim julgar e formar uma opinião sobre o ocorrido, contudo, percebemos que a imprensa não é imparcial, ela traz um discurso ideológico,

criando e/ou recriando informações sobre os acontecimentos, dado que a criação e a divulgação das informações, não ocorrem aleatoriamente, pois como afirma Prado (2006, p.1) o jornalista passa “do fato para a narração do fato, em que a presença da subjetividade é inevitável”. Ou seja, o enunciado jornalístico corresponde a maneira como o jornalista percebe o acontecimento, e como ele apresentará ao seu público a sua percepção, dado que a sua compreensão dos fatos deve apresentar um conjunto de hipóteses, a fim de construir o contexto sobre o fato.

De acordo com Charaudeau (2006), “a mídia, transforma um acontecimento em notícia interpretada por um jornalista que organiza seu discurso de acordo com o público alvo do jornal para o qual trabalha”. Ou seja, esse discurso criado pelo jornalista coincide com o cenário de se propagar uma ideologia, legitimando a política dos grupos dominantes em nossa sociedade. Segundo Ramos as notícias “são construídas por alguém com algum propósito, consciente ou inconsciente, mediadas por valores e investidas de ideologia” (Ramos, 1982, p.250). Ou seja, os meios de imprensa são responsáveis por afirmar ou reafirmar determinados valores políticos e sociais em nossa sociedade, dado que as reportagens publicadas têm o objetivo de impactar o seu público, criando ou recriando uma memória, seja coletiva ou individual sobre o acontecimento histórico, como é o caso da formação de guerrilha de Três Passos – RS.

Com base nos estudos de análise crítica do discurso, pude compreender neste trabalho como os meios de imprensa foram determinantes para que a história dos guerrilheiros não caísse no esquecimento, contudo, é possível notar que no período de 2012-2015 os enunciados se utilizam da memória dos ex-presos políticos, já que em vários momentos as reportagens trabalhadas como a Revista online UOL notícias e a *Revista IHU* trazem em seu corpo entrevistas dos ex-guerrilheiros, a Revista online Uol notícias utiliza do diário pessoal de Jefferson Cardim, enquanto a Revista IHU traz uma ampla reportagem do senhor Valdetar Dorneles. E o discurso presentes nesses meios de imprensa se organizam a partir das falas e da memória dos guerrilheiros, onde explicam com detalhes o processo de formação e queda da organização, como o processo de prisão e tortura sofridos durante os anos em que estiveram encarcerados.

Neste sentido, ao analisarmos as reportagens que foram publicadas pelos meios de imprensa escrita a respeito do grupo de guerrilha de Três Passos – RS é possível perceber que no campo discursivo há rupturas no recorte temporal de 2012-2015 em relação aqueles difundidos no 1964-1970. Uma vez que na contemporaneidade o grupo não é visto ou colocado numa posição de inferioridade, pelo contrário, ele chega a ser

exaltado por sua coragem de lutar contra um governo ditatorial, contudo, os meios de imprensa não ocultam os crimes que foram cometidos pelos guerrilheiros, apenas não os colocam em uma posição de bandidos.

As narrativas discursivas que envolvem os anos de 2012-2015 apresentam o uso da violência, seja, no campo da luta envolvendo os guerrilheiros ou na área legal/jurídica, incluindo e trazendo à tona as torturas cometidas pelos órgãos de repressão como o DOPIS ou DOI' CODI. Ações que trouxeram consequências nas práticas políticas, sociais e culturais. Outro fator analisado está na utilização política da memória dos ex-guerrilheiros por parte da imprensa, pois como citado tanto a revista online UOL, quanto a revista IHU utilizam dos relatos e memórias dos ex-presos políticos em seus enunciados.

6.0 REFERENCIAS

ACERVO ON-LINE DO BANCO DE DADOS DA FOLHA. **Exército prende chefe e 17 dos guerrilheiros**. São Paulo. 29 de março de 1995. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_29mar1965.htm. Acesso em: 7/01/2007

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Edusc, 2005. Páginas. Páginas. 117-219.

_____. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes. Páginas. 26-27.

ARAÚJO, Maria Celina de, CASTRO, Celso, org., **Ernesto Geisel**, Editora FGV, RJ, 1997.

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. **A grande mentira**. Rio de Janeiro: Bibliex Ed. 2002.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de. **"Operação três passos": a história, o direito e o político**; Florianópolis 1993.

CARDOSO, Irene. **O arbítrio transfigurado em lei e a tortura política**. In FREIRE Alípio et Alii (orgs) *Tiradentes: Um Presídio da ditadura*. São Paulo, Scipione Cultural, 1997. Página 475.

CASTANHO, Sandra Maria. **Tortura: uma estratégia para coibir os adversários do regime militar**, 2001.

CATELA, L. S. (2001), **Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**. São Paulo: Hicitec, Anpocs.

COTRIM, Gilberto. **História Global I: Brasil e Gera I**. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 562 .

CASTRO, Celso. **As apreciações do SNI**. In _____ e D'Araújo, Maria Celina (Orgs.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 47.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

_____. PRADO, Maria L. **O Bravo Matutino**. São Paulo: Editora Alfa-Romeu, 1980.

CARVALHO, Francismar Lopes de. **O conceito de Representações Coletivas segundo Roger Chartier**. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

CAMARA. **Anos 60 e 70: ditadura e bipartidarismo**. São Paulo. 2014. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/150573-ANOS-60-E-70-DITADURA-E-BIPARTIDARISMO.html> acessado em 02/07/2015.

CUNHA, Rosa Maria Cardoso Da. **GT Golpe civil militar de 1964**, Brasília, 25 de fevereiro de 2013. Captado de http://www.cnv.gov.br/images/pdf/grupos_trabalho/CNV_REUNIAO_AMPLA_Golpe_64_250313.pdf em 26/12/1014

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução Ângela S. M. Correa. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **“O mundo como representação”**. In: À Beira da Falésia: a História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 61-79.

CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - São Paulo. **Dicionário histórico biográfico brasileiros pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb> acessado em 27/06/17.

_____, **Jânio Quadros**. São Paulo. 2017. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/janio_quadros acessado em 27/06/17 acessada em 20/05/2017

_____, **João Goulart**. São Paulo, 2017. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/joao_goulart acessada em 19/04/2017

_____, **Biografias de Juscelino Kubitschek**. São Paulo. 2015. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/juscelino_kubitschek acessada em 19/02/2015.

CNV “comissão nacional da verdade”. **Dinâmica das graves violações de direitos humanos: casos emblemáticos, locais e autores. O judiciário**. Volume 01. Parte IV. Disponível em http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_pagina_593_a_958.pdf acessado em 27/06/17.

D’ ARAUJU; Maria Celina et alii (orgs). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 2002. p. 18

DIAS, Luzimar Nogueira. **Esquerda armada (Testemunho dos presos políticos do presídio Milton Dias Moreira)**. Vitória: Edições do leitor, 1979. Documentos. Censura Musical. Disponível em: <http://www.censuramusical.com.br/documentos.php?inicio=0> Acesso em: 10 novembro de 2009.

DITADURA MILITAR. **A ditadura militar em 1964**. São Paulo. Disponível em: www.ditaduramilitar.com.br. Acessado em 19/08/2013.

DOCUMENTOS REVELADOS. **Repressão a guerrilha dos dentes de ouro**. <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/a-guerrilha-dos-dentes-de-ouro-primeira-resistencia-armada-a-ditadura-em-69-imagens/> acessado em 02 de julho de 2015.

DUMONT, F. **Jefferson Cardim e as escaramuças das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN)**. Disponível em: www.ternura.com.br. Acesso em: 07 de janeiro de 214 as 19hrs30min.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. **As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas**. Rap — Rio de Janeiro 44(2) p. 367-83, março/abril de 2010.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003. Pag. 85-86

FERNANDES, F. **Brasil, em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____, **A Arqueologia do Saber** (Londres: Routledge, 1972/1995 ed, trans R. Sheridan); ver também M Foucault, 'Politics and The Study of Discourse' in *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*, Graham Burchell, Colin Gordon and Peter Miller (Chicago: University of Chicago Press, 1991), 53-72.

_____, Michel. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GATI PIETROCOLLA, Luci. **Anos 60/70: do sonho revolucionário ao amargo retorno**. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 8(2): 119-145, outubro de 1996.

GREGOLIN, M. R. V. **Discourse analysis: concepts and aims**. Alfa (São Paulo), v.39, p.13-21, 1995.

HUGGINS, M. K. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina**. Trad. De Lólio Lorenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998.

IJUI, Portal de notícias. **Entrevista cedida por Valdetar Dorneles em 31 de março de 2014** disponível em <http://www.ijui.com/especiais/60462-valdetar-dorneles-fala-da-operacao-tres-passos-a-1-guerrilha-contra-a-ditadura.html>

INA - **Conheça a antiga fábrica de arma INA**. Reportagem publicada em 19 de outubro de 2013 disponível no site <http://www.dihitt.com/barra/conheca-a-antiga-fabrica-de-arma-ina> acessado em 29/06/2014.

MAGALHÃES, M. D. B. **A Lógica da Suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da Ditadura Militar no Brasil**. Revista Brasileira de História. Vol. 17, No. 34. São Paulo: Anpuh/Humanistas, 1997.

MACIEL, Wilma Antunes. **O capitão Lamarca e a VPR: repressão judicial no Brasil**. São Paulo: Alameda: 2006.

MEMORIAS, relevadas. **A ditadura militar e o bipartidarismo**. São Paulo. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home> acessada em 20/07/2013

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2000. p. XXIV.

NOGUEIRA, PAULO. **A imprensa e o golpe de 64, Diário do centro do mundo**, 30/03/2014. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/A-imprensa-brasileira-e-o-golpe-de-1964/2/29985> acessada em 27/06/17

PALMAR, Aluizio; **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos**. Curitiba – Travessa dos Editores. 2012.

PADRÓS, E. S. (2007). **A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional**. Revista Tempos Históricos, 10, 105-127

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2º Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

PÊCHEUX, M. Apresentação da AAD. In: GADET, F., HAK, H. **Por uma análise automática do discurso (Uma introdução à obra de Michel Pêcheux)**. Campinas: Pontes, 1990

PIMENTEL, Fernando et al. **Revolução à Brasileira**. Superinteressante. São Paulo, ed. 226, p. 38, maio 2006.

POLLAK, M. (1989). **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos, 2 (3), 3-15.

PRADO, Valéria Aparecida Galioti Silva. **O percurso de uma entrevista no jornal. Alguns procedimentos linguísticos discursivos na passagem do oral para o escrito e suas consequências para a interpretação da enunciação**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa. Universidade Católica de São Paulo, 2006.

PRESIDENCIA, Biblioteca da. **Ex-presidentes, Jânio Quadros**. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/janio-quadros/biografia> acessada em 04/10/15

QUEIROZ, Cecília Telma Alves Pontes de, MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. **Fundamentos sócio filosóficos da educação**; Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007.

REPÚBLICA Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da. **Acervo - mortos e desaparecidos políticos**. São Paulo. Disponível em <http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/345%20acessado%20em%2026/06/2014> acessado em 26/06/2014.

RAMOS, Murilo César Oliveira. **News, class and ideology: a study of labor coverage in two Brazilian elite newspapers**. Tese apresentada à University of Missouri/Columbia, 1982.

SAHD, Fábio Bacila. **Revista História e luta de classes: 1964: Golpe de Estado**; Ano 10, ed. Nº 17, março de 2014; Pag. 22-26.

Sá, C. P. (2005). As memórias da memória social. In C. P. Sá, Memória, imaginário e representação social. (pp. 63-86). Rio de Janeiro: Museu da República.

Sá, C. P., Bello, R. A & Jodelet, D. (1998). Condições de eficácia das práticas de cura da umbanda: a representação dos praticantes no Rio de Janeiro. Psicologia & Sociedade, 10(1), 128-144.

SADER, Emir. **A imprensa brasileira e o golpe de 1964**, Carta Maior, 10/01/2014. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/A-imprensa-brasileira-e-o-golpe-de-1964/2/29985> acessado em 20/06/2017

SAHD, Fábio Bacila. Revista História e luta de classes: 1964: Golpe de estado; Ano 10, ed. Nº 17, março de 2014; Pag. 22.

SANTOS, Jordana de Souza. **A repressão ao movimento estudantil na Ditadura militar**. AURORA ano III número 5 – dezembro de 2009. ISSN: 1982-8004 www.marilia.unesp.br/aurora.

SODRÉ, Nelson Werneck. O governo militar secreto. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1987 Páginas 138-139

SEIXAS, Ivan Akselrud de; POLITI, Maurice. **A resistência armada na luta contra a opressão**. In: SILVA, Haike R. Kléber da (Org.) **A luta pela Anistia**. São Paulo: Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de São Paulo/Editora da UNESP, 2009, pp. 31-47.

SILVA, Juremir Machado da; **1964 Golpe midiático-civil militar**; Porto Alegre: Sulinas; 4ª edição, 2014.

SOSA, Derocina Alves Campos. **A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007, p. 11-12.

TANNO, J. L. (2005). **Cartas de presos políticos e seus familiares: violência e atuação feminina no governo Vargas**. 1930-1945. Patrimônio e História, 1(1), 1-11.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. Brasília: Editora Ser. 2006

ZATTA Ronaldo. **A primeira ação de contraguerrilha rural do governo militar no Brasil**. Matéria disponível no site <http://www.artigosonline.com.br/a-primeira-acao-de-contraguerrilha-rural-do-governo-militar-no-brasil/> acessado em 24/06/2014.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio; **Carta Maior: Três Passos, uma cidade que foi torturada pela ditadura**; 30/09/2012 disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Tres-Passos-uma-cidade-que-foi-torturada-pela-ditadura%0D%0A/5/26009>

7.0 ANEXOS

7.1 Figura 01: Reportagem do Correio do Povo de 17/10/1965

Rebeldes do Alto Uruguai em julgamento no Paraná
Correio do Povo de 17-10-65

CURITIBA, 16 (C.P.) — Sou a presidência do general Henrique Carlos de Assumpção Cardoso, o Conselho Especial da Auditoria Militar da 5.ª Região Militar iniciou o julgamento do grupo de assaltantes e de políticos asilados acusados de participação no movimento armado que foi desbaratado no Sudoeste do Paraná no final do mês de março.

Por maioria de votos, foram decretadas prisões preventivas contra 21 réus revéis, destacando-se, entre eles, os srs. Leonel Brizola, Amaury Silva e Darvy Ribeiro, todos asilados no Uruguai.

A sessão compareceram apenas 15 dos 37 elementos denunciados pelo promotor Amador Cisneiros do Amaral.

O ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório — comandante do movimento sedicioso, que iniciou no Rio Grande do Sul atravessou Santa Catarina e foi desbaratado no Sudoeste do Paraná no mesmo dia em que se encontrava, em Foz do Iguaçu, o presidente Castelo Branco para a inauguração da ponte internacional sobre o rio Paraná — afirmou que não matou o sargento Carlos Argemiro de Camargo e que pretende provar sua inocência durante o julgamento.

Elogiando o tratamento que vem recebendo em Curitiba, por parte dos oficiais do 20.º Regimento de Infantaria, onde se encontra detido, queixou-se, apenas, de isolamento. O ex-coronel apresentava cacoetes acentuados e procurava aparentar tranquilidade.

Estava, na audiência, sobrando um volume de papéis que disse serem os originais de um livro no qual relata sua vida militar, destacando o episódio do Sudoeste, e suas relações no Uruguai com os políticos que foram afastados do Brasil pela Revolução.

O ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório será defendido pelos advogados curitibanos Oldemar Santos, Albarino Mattos Guedes e Francisco da Cunha Pereira Filho.

Foram levados à Auditoria Militar os réus Adamastor Antonio Bonilha, Firmo Chaves, Albari Vieira dos Santos, Alcindo Aires, Odilon Vieira Eusebio Teixeira, Borrielles, Antonio Dornelles e Pedro dos Santos, que se encontravam detidos no 13.º Regimento de Infantaria, em Ponta Grossa. Compareceram ainda, os indiciados Adão Gouveira da Silva, Antonio Filho, João Batista, Figueiredo, Antonio Nestor e Ronaldo Brandi, cujas prisões preventivas não foram ainda decretadas e que atenderam à convocação feita pelo Conselho Especial.

O Conselho presidido pelo general Henrique Carlos de Assumpção Cardoso é integrado ainda pelos coroneis Paulo Metzton Brandi, Fernando Seter da Silveira e Raul Piloto e pelo sr. Celso de Jesus Lobão Ferreira, juiz togado.

Os indiciados foram chamados por ordem alfabética, apresentando suas qualificações pessoais.

O advogado curitibano Aprelino Mader Gonçalves encaminhou, em seguida, ao Conselho procuração que o constitui defensor do ex-deputado federal pelo PTB, sr. Leonel Brizola. O advogado René Dotli foi constituído defensor do ex-senador pelo PTB do Paraná e ex-ministro do Trabalho, sr. Amaury de Oliveira e Silva, tendo o sr. Renato de Almeida sido designado pelo Conselho para defender os 14 réus presentes.

O Conselho aprovou o pedido da Promotoria para que fosse decretada a prisão preventiva dos revéis, em número de 21, dos quais 16 se encontram asilados no Uruguai. Cinco deles se acham no Rio Grande do Sul, devendo ser expedidas as competentes cartas precatórias. Contra o réu Alípio Xavier não foi decretada a prisão, já que se encontra detido em quartel do Exército em São Sepé, no Rio Grande do Sul.

Feita a qualificação dos indiciados, primeiro passo no processo, o Conselho convocará agora as testemunhas de acusação e, posteriormente, as de defesa. Não foram determinadas, ainda, as datas para os depoimentos.

Porto Alegre

7.2 Figura 02: Reportagem do Diário do Paraná de 25/05/1968



7.3 Figura 03: Reportagem do Diário do Paraná de 28/05/1968

Guerrilheiro e Sólto Após Três Anos de Prisão

Após cumprir pena de três anos de reclusão, na Prisão Provisória de Curitiba, a que foi condenado por atentar contra a segurança nacional, foi posto em liberdade, na manhã de ontem, Euzébio Teixeira Dorneles, um dos participantes do grupo de guerrilha chefiado pelo coronel Jefferson Cardin de Alencar Osório. Todos foram condenados por uma corte de Justiça do Exército, na Auditoria da 5.a Região Militar. Euzébio Teixeira Dorneles, que foi recolhido à Prisão Provisória de Curitiba a 14 de outubro de 1965, juntamente com seu filho, Waldetar Antônio Dorneles, que cumpre pena de 4 anos de reclusão — e que por isto viu o pai sair, pois ficará mais um ano — teve sua liberdade determinada pelo juiz auditor Célio Lobão Ferreira. Foi condenado por aresto do Superior Tribunal Militar, como incurso no artigo 2.o, inciso IV, da Lei de Segurança Nacional, por desclassificação. (1.a página do 2.o caderno)

PRIMEIRO O PAI



*Diário do Paraná
Quinta-feira 28-3-1968
C. Pa.*